



Boa Governação-Transparência-Integridade
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

EL DORADO TETE: **OS MEGA PROJECTOS DE MINERAÇÃO**





Boa Governação-Transparência-Integridade
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

EL DORADO TETE: **OS MEGA PROJECTOS DE MINERAÇÃO**

Ficha Técnica

Título: *El dorado* Tete: os mega projectos de mineração

Autores: João Mosca e Tomás Selemane

Fotos: Tomás Selemane

Revisão Linguística: Machado da Graça

Edição: Centro de Integridade Pública, 2011

Capa: Ponte Samora Machel sobre o Rio Zambeze ligando Tete e Moatize

Maquetização: NP

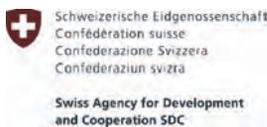
Impressão: CIEDIMA

Tiragem: 500 exemplares

Número de Registo: 7139/RLINLD/2011

Maputo, Novembro de 2011

Parceiros do CIP



LETRA DA CANÇÃO EL ABUELO VITOR
de Vítor Manuel autor e cantor espanhol

Sentado na berma da porta,
a beata apagada entre os lábios,
com a boina enfiada e, na mão,
uma vara nervosa de avelã
que recorda a sua face limpa e clara.
Talvez a primavera desfolhada,
o cheiro a pólvora molhada
ou o sabor a carvão enquanto picava

O avô foi picador lá na mina
e arrancando negro carvão queimou a sua vida

Sentou-se o avô na escada
À espera do túbio sol da madrugada
a olhada cravada na montanha
é a sua amiga mais fiel, nunca o engana.
Trememente a mão vai ao seu bolso
rebuscando o tabaco e o seu livrito
e finalmente como sempre murmurando
que Maria lhe escondeu o seu tabaco

O avô foi picador lá na mina
e arrancando negro carvão queimou a sua vida

Tradução de João Mosca

ÍNDICE	Página
Agradecimentos	7
Lista de abreviaturas e acrónimos.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Contextualização: actualidade e relevância do tema	11
1.2 Motivação	12
1.3 Objecto da investigação	12
1.4 Delimitação territorial e temporal da investigação e porquê	12
1.4 Objectivos da investigação	13
1.5 Apresentação do documento e justificação do título	13
1.6 Dificuldades na realização da investigação	14
1.7 Questões-objecto da investigação	17
2. METODOLOGIA.....	18
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS MEGA PROJECTOS DE MINERAÇÃO EM TETE.....	19
3.1 Vale Moçambique.....	19
3.1.1 Breve historial da Vale: estrutura accionista, valor total do mega projecto em Tete	19
3.1.2 Principais financiadores e área total de terra concessionada	20
3.1.4 Reassentamento: locais, período de realização, número total de famílias e custo total	20
3.1.5 Regime fiscal, produção anual prevista, logística de escoamento e mercados.....	20
3.2 Riversdale Mining Limitada	21
3.2.1 Breve historial da Riversdale: estrutura accionista, valor total do mega projecto em Tete.....	21
3.2.2 Principais financiadores e área total de terra concessionadas.....	22
3.2.3 Reassentamento: locais, período de realização, número total de famílias.....	22
3.2.4 Regime fiscal, produção anual prevista, logística de escoamento e mercados.....	23
4. EFEITOS DOS MEGA PROJECTOS DE MINERAÇÃO: A REALIDADE EM TETE.....	24
4.1 Principais sectores económicos dinamizados	24
4.2 Efeitos económicos locais.....	25

4.3 Imigração e mercado do trabalho.....	29
4.4 Infra-estruturas.....	31
4.5 Inflação.....	33
4.6 Reassentamentos	35
4.7 Governação	38
5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO	41
5.1 Grandes projectos, padrões de acumulação e desenvolvimento local: El Dorado Tete.....	41
5.2 Reassentamentos: síntese do pior das aldeias comunais.....	44
5.3 Empresas: relações perigosas com a governação.....	47
5.4 Governação: falta de transparência, desorganização, incompetência e relações perigosas?.....	50
6. CONCLUSÕES	54
7. RECOMENDAÇÕES.....	57
8. REFERÊNCIAS.....	59
9. ANEXOS	61
9.1 Roteiros de entrevistas	61
9.2 Cartas enviadas para pedido de informação e ou entrevistas e nunca respondidas.....	67
10. OUTRAS PUBLICAÇÕES DO CIP	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução do número de agências bancárias em Tete e Moatize, de 2007 ao 1º Semestre de 2011.....	26
Quadro 2: Número de trabalhadores do projecto da Vale em Moatize, salários mínimos e máximos.....	30
Quadro 3: Evolução do número de novos transportadores, veículos e passageiros transportados entre 2007 a I Semestre de 2011.....	32
Quadro 4: Evolução do número de novos transportadores, veículos e carga transportada entre 2007 e I Semestre de 2011.....	32
Quadro 5: Comparação da evolução de preços de alguns bens alimentares entre Maputo e Tete entre 2007 e 2011 – (Mt/kg).....	33
Quadro 6: Comparação de preços de alguns bens e serviços entre Maputo e Tete em 2011 (em MZN).....	34
Quadro 7: Pessoas entrevistadas (informantes-chave).....	60

Agradecimentos

O CIP agradece a todos os seus parceiros que têm tornado possível a implementação do seu plano de actividades.

Os autores agradecem o apoio prestado por todas as instituições e pessoas contactadas e entrevistadas no decurso deste trabalho.

Agradecimentos especiais vão para Assis Ernesto, da Associação para Sanidade Ambiental (ASA), e Rui de Vasconcelos da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), pela assistência na preparação de todo o trabalho de campo em Tete e Moatize. Agradecemos igualmente a toda a gente que comentou os resultados preliminares apresentados no seminário de 5 de Outubro em Tete.

Lista de abreviaturas e acrónimos

AMDCM – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento do Carvão Mineral

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

CASM – Comunidade de Mineração Artesanal e de Pequena Escala

CIP – Centro de Integridade Pública

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos

IFC – International Finance Corporation

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRPS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IRPC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

MICOA – Ministério da Coordenação Ambiental

OE – Orçamento do Estado

PCA – Presidente do Conselho de Administração

RivCap – Riversdale Capital Moçambique Lda

Rivmoz – Riversdale Moçambique, Lda

RivVen – Riversdale Ventures Moçambique Lda

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

SIMA – Sistema de Informação de Mercados Agrícolas

USD – Dólares norte-americanos



1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização: actualidade e relevância do tema

A economia moçambicana tem sido dominada pelo Investimento Directo Estrangeiro (IDE), nos últimos anos, em grande parte destinado ao sector minero-energético. Os empreendimentos desse sector, que no geral têm recebido investimentos iniciais não inferiores a USD 500.000 (quinhentos mil dólares americanos) são definidos como mega projectos.

Esses mega projectos beneficiam-se de incentivos fiscais, de excepionalidades legais e de facilidades de operação de que nenhuma das outras entidades económicas gozam. O debate e a pressão questionando esses incentivos vem-se intensificando nos últimos quatro anos, o que tem motivado as sucessivas revisões de legislação fiscal do sector mineiro e petrolífero.

Depois da revisão da Lei de Minas, em 2007, e da última actualização do Código de Benefícios Fiscais, em 2009, eis que, em 2011, a Lei de Minas está de novo em processo de revisão. Isso depois da promulgação da Lei das Parcerias Público Privadas, Concessões Empresariais e Projectos de Grande Dimensão, em Julho de 2011, prevendo a renegociação dos contratos dos mega projectos.

Essas reformas legais têm surgido em resposta às pressões da sociedade civil moçambicana e da comunidade internacional, com vista a minimizar o paradoxo em que economia moçambicana vive: abundância de recursos naturais e minerais, presença de avultados volumes de IDE enquanto o Orçamento do Estado continua a depender de ajuda externa e aumenta o número de pobres. A questão colocada tem sido: Que benefícios locais provêm dos mega projectos?

No contexto desse debate, o Centro de Integridade Pública (CIP) realizou esta investigação sobre o impacto doméstico dos mega projectos de mineração no ponto do país com maior concentração de IDE destinado à indústria mineira, a província de Tete.

1.2 Motivação

O forte domínio do panorama económico nacional pela evolução recente da indústria extractiva tem secundarizado os demais sectores como, por exemplo, o emprego, a terra, a habitação, a agricultura e, particularmente, a produção alimentar, os transportes, a criminalidade, etc... – em grande parte como resultado da prioridade governativa e da presença das grandes empresas extractivas. Tal secundarização reflecte-se, a nível local, nas políticas económicas, nas intervenções públicas da governação e nos órgãos de informação. Isto motivou o CIP a realizar esta investigação, tendo como enfoque os efeitos da presença de grandes projectos sobre as dinâmicas económicas e sociais no território. Neste caso nas cidades de Tete e Moatize, avaliando o período entre 2007 e 2011.

1.3 Objecto da investigação

A investigação teve como objecto realizar uma análise de natureza exploratória sobre os efeitos dos mega projectos de mineração nas cidades de Tete e Moatize, com particular atenção sobre os principais sectores económicos locais, os fenómenos migratórios e o mercado de trabalho, a questão das infra-estruturas, a inflação local, a problemática dos reassentamentos e a governação.

1.4 Delimitação territorial e temporal da investigação e porquê

A investigação incidiu sobre as cidades de Tete e Moatize, por serem os dois pontos do país onde se têm registado maiores e mais aceleradas mudanças como resultado da presença de mega projectos de mineração. É nestas duas cidades que se encontra a maior concentração do investimento directo estrangeiro destinado aos recursos minerais.

Foi definido o ano de 2007 como inicial nesta investigação por ser aquele em que Tete e Moatize começaram a ter mudanças relevantes quer no movimento de pessoas e bens, quer na maior entrada de investidores, pesquisadores, repórteres etc.

1.4 Objectivos da investigação

Este estudo tem dois objectivos centrais:

- Primeiro, contribuir para o debate da economia política e da política económica moçambicana através da compreensão e análise dos efeitos da concentração das mineradoras internacionais em Tete.
- Segundo, sugerir boas práticas de implantação de mega projectos para o benefício do meio rural moçambicano e da economia nacional.

1.5 Apresentação do documento e justificação do título

Além da Introdução, este documento é composto por seis secções. A segunda secção apresenta brevemente a metodologia do trabalho. A secção seguinte faz uma apresentação das duas multinacionais, relacionadas com a exploração do carvão, que neste momento são as mais importantes em Tete. A secção 4 faz uma síntese dos principais efeitos dos mega projectos de mineração sobre a economia da zona de Tete e Moatize. A secção 5 faz uma análise desses efeitos sobre a economia de Tete, sobre os reassentamentos e as relações das empresas com a governação e questões associadas. A secção 6 faz uma verificação das hipóteses de trabalho e finalmente fazem-se algumas recomendações.

Eldorado ou *El Dorado* é uma antiga lenda narrada pelos índios aos espanhóis na época da colonização das Américas. Falava de uma cidade cujas construções seriam todas feitas de ouro maciço e cujos tesouros existiriam em quantidades inimagináveis¹.... O termo *Eldorado* significa O (*homem*) *dourado* em espanhol; segundo a lenda, tamanha era a riqueza da cidadela, que o imperador tinha o hábito de se espojar no ouro em pó, para ficar com a pele dourada.

Com as devidas distâncias, temporais e espaciais, essa parece ser a percepção sobre Tete e o carvão. Pessoas radicam-se ou emigram à

¹Para mais explicações ver em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eldorado>

procura de oportunidades e negócios de todo o tipo, buscando lucro fácil e rápido. No horizonte uma terra onde despontaram riqueza e expectativas de enriquecimento. Elites e poder esperançados em que o carvão seja o petróleo moçambicano. Contratos de diversos tipos e níveis, muitos deles só conhecidos não se sabe por quem, pois ninguém manifesta conhecimento detalhado sobre eles. A esperança de uma fonte de rendimento para o desenvolvimento e também, por outro lado, o risco de novos-ricos instrumentalizarem o Estado para benefícios pessoais e de grupos. Silêncios ruidosos sobre os negócios que legitimam especulações que não encontram esclarecimentos oficiais. Moçambicanos que se fidelizaram às multinacionais na exploração dos recursos naturais desenvolvendo argumentações justificativas e simultaneamente defensivas e ofensivas sobre os benefícios da exploração dos recursos. Tete tem, à semelhança do *El Dorado* da colonização espanhola, as expectativas do novo-riquismo subalterno das elites moçambicanas na exploração de recursos naturais e dos novos bandeirantes, em terras africanas que, como no passado, possuem pisteiros locais.

E o povo é atirado para reassentamentos, sem condições de vida e produção. Recordam-se uma frase de uma velha aldeã, em Tete, quando questionada sobre a marcação com números nas paredes da sua casa, para identificação do novo talhão e casa no local do reassentamento. Perguntam-lhe se se sente bem com a sua casa a ser marcada como quem marca um animal. Ela, em tom baixo e de olhos na terra, disse: “E nós, o que somos?”. Ou, um homem quando disse que aquela canção do *tiyende pamodzi ndi mtima umodzi* (Marchemos juntos, de corações unidos, com a mesma intenção) agora não se canta porque não há *ntima umodzi* (a mesma intenção)!

1.6 Dificuldades na realização da investigação

A dificuldade mais importante enfrentada na realização deste estudo relacionou-se com o acesso à informação oficial, tanto por parte das empresas como do governo.

Houve igualmente dificuldades em obter entrevistas e/ou respostas e comentários aos questionários que foram realizados no decurso do trabalho de campo, mesmo nos casos em que antes tinha havido promessas públicas de dar informação, como nos casos seguintes:

- **Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias.** No dia 28 de Abril de 2011, a Ministra Bias participou num painel de debate, havido na Universidade Politécnica, em Maputo, sobre a contribuição dos recursos minerais no combate à pobreza. Quando confrontada com a questão da dificuldade de acesso à informação, ela prometeu-nos publicamente que faria tudo ao seu alcance para dar informação. A 9 de Agosto de 2011 enviámos uma carta solicitando informações, sem que tivesse havido qualquer resposta.
- **Adriano Ramos, Gerente de Comunicação e Desenvolvimento Social da Vale Moçambique.** No dia 11 de Agosto de 2011, falando na Conferência de Desenvolvimento do Carvão Mineral, em Maputo, garantiu publicamente poder dar informação sobre os impactos das actividades da Vale em Moatize, sobre o estado do ar, níveis de poluição dos solos, da água, etc. Depois da Conferência, foi solicitada a informação que prometera e cópia da apresentação que tinha feito, sem que tenha respondido. Foram pedidas formalmente entrevistas ao Sr. Adriano Ramos e a outros responsáveis da Vale durante mais de dois meses, sem que tivesse havido qualquer resposta ou justificação.
- **Jenifer Garvey, mandatária da Riversdale Moçambique Lda.** No dia 7 de Julho de 2011, a Senhora mandatária da Riversdale, em resposta a um nosso pedido de informação, escreveu-nos uma carta com a recomendação de que a contactássemos caso quiséssemos obter mais dados daquela mineradora. A 12 de Julho de 2011 enviámos-lhe uma carta solicitando autorização para visitarmos as minas de Benga na semana em que estaríamos em Tete a realizar trabalho de campo. Nunca obtivemos resposta.
- **Norberto Mucopa, Técnico de Comunicação e Imagem das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM).** Um dos dados que interessava obter era a evolução do número de voos de e para Tete entre 2007 e 2011. Depois de muitas promessas, nunca respondeu à carta enviada.

- **Manuel Sithole, Director Provincial de Recursos Minerais e Energia de Tete.** Depois de ter prometido informação, no dia 26 de Julho de 2011, em Tete, nunca mais respondeu às nossas solicitações: nem emails nem telefonemas. Dele pretendia-se saber quantas e quais as empresas mineiras licenciadas a operar em Tete.
- **Medson David, Vereador do Pelouro de Administração Urbana e Construção do Município de Tete.** No dia 27 de Julho de 2011, o senhor Medson foi entrevistado no seu gabinete de trabalho. Procurava-se saber qual a evolução do número de habitantes da cidade, das licenças de construção de casas e centros comerciais. Prometeu dar a informação no dia seguinte, 28 de Julho. Até ao momento não se obteve qualquer resposta.

Três possíveis razões poderão justificar estas dificuldades e comportamentos: a primeira é, simplesmente, porque não possuem as informações sistematizadas, revelando eventuais debilidades das respectivas burocracias. A segunda é que não o fizeram devido à sua cultura secretista, securitária e de aversão ao debate e escrutínio públicos, fundamentando sistematicamente a conclusão do estudo do MISA, em 2009, que considerou Moçambique como o país onde as instituições públicas e governamentais são as mais secretas da África Austral². Tudo indica que a conclusão da avaliação do MISA permanece ou foi reforçada. A terceira, porque os funcionários receiam represálias e não têm autonomia para a prestação de informações, numa clara evidência da organização, fortemente hierarquizada e verticalizada, das instituições, públicas e privadas, onde o medo social faz parte das culturas organizacionais para imposição da autoridade.

² Ver jornais O País, de 28 de Setembro de 2009, em http://opais.sapo.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=2813:institucoes-publicas-das-mais-qsecretasq-da-africa-austral&catid=63:politica&Itemid=273 e Savana de 2 de Outubro de 2009.

1.7 Questões objecto da investigação

Considerando o conteúdo e metodologia, os autores preferem referir as questões centrais que se pretenderam verificar ou perceber durante o trabalho. Evita-se a atribuição do conceito de hipóteses de investigação, considerando a metodologia e os métodos utilizados. Foram consideradas as seguintes questões-objecto do trabalho:

- **Questão 1:** Os mega projectos introduzem novos dinamismos económicos nas regiões onde se localizam.
- **Questão 2:** Os mecanismos introduzidos pelos grandes projectos geram desenvolvimento do tecido empresarial local, melhoram as infra-estruturas, aumentam o acesso aos serviços básicos, promovem o desenvolvimento urbano equilibrado.
- **Questão 3:** Os mega projectos incentivam o desenvolvimento local reduzindo a pobreza e elevando a qualidade de vida da maioria das populações directamente afectadas.
- **Questão 4:** As empresas multinacionais operam com respeito pelo ambiente e possuem responsabilidade social perante eventuais externalidades negativas, sociais e ambientais.
- **Questão 5:** As instituições do Estado a nível local reforçam-se e adquirem novas capacidades para a realização das funções de regulação, fiscalização, planeamento físico e desenvolvimento equilibrado do território.

O enfoque do trabalho é de desenvolvimento local de nível micro.

2. METODOLOGIA

Foi primeiramente realizada uma revisão bibliográfica referente aos mega projectos em geral, e aos de Tete em particular, bem como uma revisão crítica do debate em torno dos mega projectos e sua contribuição para a economia nacional. Fez-se uma breve análise de alguns indicadores económicos locais ao período de 2007 a 2011. Realizaram-se entrevistas a informantes-chave (pessoal do governo, sector privado, sindicatos e sociedade civil no geral).

A observação e a troca de informações, conhecimento e opiniões com pessoas conhecedoras do terreno foi um método utilizado, de grande importância e com bons resultados.

A recolha de dados estatísticos secundários e de informação primária, em Tete e Moatize, decorreu no período de Maio a Agosto de 2011.

As entrevistas foram feitas com recurso a roteiros que se apresentam nos anexos, com questões semi-abertas, diferindo com base no sector em que cada entrevistado trabalha.

Os autores reconhecem ser este um estudo de natureza exploratória. Poderá ter a virtude de alertar para as questões fundamentais associadas ao desenvolvimento local, as implicações para o conjunto da economia e, sobretudo, para a configuração (ou concretização) de um modelo de crescimento que é duvidosamente benéfico para o país e para as populações directamente afectadas.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS MEGA PROJECTOS DE MINERAÇÃO EM TETE

3.1 Vale Moçambique

3.1.1 Breve historial da Vale: estrutura accionista, valor total do mega projecto em Tete

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ou simplesmente Vale S. A. (desde 29 de Novembro de 2007)³, foi fundada no Brasil em 1942. Tornou-se na maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo, operando em 13 estados brasileiros e nos cinco continentes. Possui mais de cem mil trabalhadores, entre próprios e terciarizados. Hoje a Vale é uma multinacional globalizada com presença nas bolsas de São Paulo (Bovespa), Nova York (NYSE), Madrid (Latibel) e Hong Kong (China). Nesta última, é a única representante brasileira (Selemane, 2011; Ramos, 2009; Valor Económico, 2011).

A Vale veio para Moçambique em 2004, ano em que ganhou o concurso internacional lançado pelo Governo para concessionar as minas de Moatize. Em Junho de 2007, o Governo assinou com a Vale um contrato para a exploração do carvão de Moatize. O projecto prevê igualmente a instalação de uma central térmica.

O mega projecto da Vale em Moatize, tratado nos corredores empresariais como “Projecto Moatize”, tem a seguinte estrutura accionista: 85% pertencem à Vale⁴, 5% ao Estado Moçambicano e 10% a investidores nacionais⁵. O valor total do empreendimento de Moatize é de USD 1,535 mil milhões (Castel-Branco e Cavadias, 2009)

³ Mais detalhes sobre a história da Vale podem ser lidos em www.vale.com

⁴ A estrutura accionista da Vale S. A, que controla o mega projecto de Moatize pode ser vista em http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_S.A.

⁵ Seria interessante uma pesquisa que mostrasse quem são os “investidores nacionais”.

3.1.2 Principais financiadores e área total de terra concessionada

Os principais financiadores do mega projecto da Vale em Moçambique são: a multinacional IDC, o ramo do sector privado do Banco Mundial (IFC) e a entidade financeira brasileira, Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES).

A Vale desenvolve o seu mega projecto numa área de 23.780 hectares (Vunjane, 2011) no distrito de Moatize, província de Tete.

3.1.4 Reassentamento: locais, período de realização, número total de famílias e custo total

A transferência da população afectada pelo mega projecto da Vale decorreu entre 9 de Novembro de 2009 e 28 de Abril de 2010. As 1313 famílias, perfazendo um total de mais de 5 mil pessoas, foram reassentadas em dois locais diferentes (Cateme, a 40 Km de Tete) e Bairro 25 de Setembro, na Vila de Moatize. A divisão da população para os dois destinos foi com base na classificação em rural (717 famílias) e urbana (596), segundo um censo realizado pela própria Vale (Ramos, 2009). Tal separação tem sido vista como uma estratégia da empresa de “dividir para reinar” (Selemane, 2011).

Dados da Vale não indicam com clareza qual terá sido o custo total do reassentamento, mostrando apenas dados agregados de investimentos sociais feitos na fase de estudos de viabilidade, incluindo o reassentamento, na ordem de USD 7 milhões.

3.1.5 Regime fiscal, produção anual prevista, logística de escoamento e mercados

À semelhança de outros mega projectos que operam em Moçambique, a Vale goza de enormes incentivos fiscais no seu regime. Beneficia-se de uma redução de 15% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) que recai sobre a mina durante os primeiros 10 anos (quer dizer entre 2011 a 2021), redução para 5% para a central de energia térmica, que também faz parte do projecto, e redução da SISA em 50% na aquisição de imóveis. Está isenta de SISA na transmissão de propriedades do Estado, Taxa Liberatória, Imposições Aduaneiras, Imposto de Selo,

Imposto de Consumo Específico (ICE), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), isenção do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) aos expatriados, na fase de construção, e redução em 40% ou isenção nos primeiros 5 anos de operação. Fazem ainda parte dos benefícios concedidos à Vale o livre repatriamento de lucros e dividendos, até 100% (Castel-Branco e Cavadias, 2009) e sujeita-se a pagar a parca quantia de 3% sobre o rendimento líquido trimestral da mina.

Prevê-se que a produção anual da Vale atinja as 11 milhões de toneladas de carvão, entre metalúrgico e térmico.

Para escoar o carvão, a aposta da Vale é a linha férrea de Sena. Considerando as limitações desta via⁶, exploram-se outras complementares ou alternativas: Corredor do Norte, via Malawi e o transporte em camiões. Razões de risco de dependência de uma única via de escoamento poderão ter pesado na decisão do investimento nas outras opções.

O seu principal mercado é o asiático, nomeadamente a China e a Índia.

3.2 Riversdale Mining Limitada

3.2.1 Breve historial da Riversdale: estrutura accionista, valor total do mega projecto em Tete

A Riversdale Mining Lda é uma empresa australiana, cotada na bolsa de valores da Austrália, ASX. A empresa está em Moçambique desde 2006, operando como um grupo, detentor de 18 títulos mineiros, tutelados pelas suas três subsidiárias:

Riversdale Moçambique, Lda (Rivmoz) com uma Concessão Mineira (Contrato Mineiro de Benga, aprovado pelo Decreto 17/2009, de 13 de Maio) e uma licença de prospecção e pesquisa – este é o segundo mais importante mega projecto de carvão de Tete, conhecido como Projecto Benga.

⁶ A linha de Sena tem capacidade máxima instalada de manusear seis milhões de toneladas de carga diversa, por ano (ver jornal *notícias* de 5 de Agosto de 2011)

Riversdale Ventures Moçambique Lda (RivVen) – detentora de 11 licenças de prospecção e pesquisa; e

Riversdale Capital Moçambique Lda (RivCap) – que detêm 6 licenças de prospecção e pesquisa, incluindo o Projecto Zambeze. Este projecto é o que a Riversdale considera seu segundo projecto, depois de Benga, e abrangerá a zona do aeroporto de Chingodzi, fazendo com que o mesmo e todas as outras infra-estruturas, públicas e privadas, que se encontram naquela região sejam reassentadas (Informe da Riversdale, 2011)

A Riversdale está a financiar o plano director da cidade de Tete, que permitirá o avanço do chamado Projecto Zambeze.

Só no Projecto de Benga, a Riversdale prevê investir USD 850 milhões e cerca de USD 2 biliões no Projecto Zambeze.

A Riversdale tem a seguinte estrutura accionista: 35% Tata e 65% Riversdale. Note-se que a Rio Tinto comprou a totalidade da Riversdale, passando a ter controlo sobre todos os projectos da Riversdale em curso em Moçambique e em outros países africanos.

3.2.2 Principais financiadores e área total de terra concessionada

Segundo a própria Riversdale, o mega projecto de Benga é financiado por capitais próprios em 100% e ocupa uma área total de 4.560 hectares por um período de 25 anos renováveis. Porém, a totalidade de terra concessionada à Riversdale é de 127.900 hectares (Carta da Riversdale, 2011).

3.2.3 Reassentamento: locais, período de realização, número total de famílias

A Riversdale pretende reassentar 588⁷ famílias na localidade de Mwaladzi que dista 4 Km de Cateme e 44 Km de Tete. Um primeiro grupo, constituído por 71 famílias, foi já transferido de Benga para Mwaladzi.

⁷ Este número é o oficial, fornecido pela própria Riversdale. Há no entanto outros números que aparecem como, por exemplo, 450, como sendo o total de famílias abrangidas pelo mega projecto da Riversdale, ver jornal *notícias* de 26 de Abril de 2011, “Riversdale constrói 450 casas em Moatize”

O processo foi iniciado em Novembro de 2010 estando ainda por terminar.

A empresa refere que todas as casas de reassentamento deverão custar USD 26 milhões, traduzidos numa média de USD 50 mil por cada casa.

3.2.4 Regime fiscal, produção anual prevista, logística de escoamento e mercados

A Riversdale assinou o contrato de mineração com o Governo de Moçambique já depois das alterações legais havidas em 2007, não tendo, por isso, tido os mesmos benefícios fiscais que os outros mega projectos, como a sua concorrente Vale Moçambique. Mesmo assim, aquela mineradora ainda conseguiu obter do Governo de Moçambique algumas isenções como, por exemplo, dos direitos aduaneiros. E sujeita-se a pagar ao Estado 32% de IRPC, 3% de imposto de produção (que incide sobre o volume de vendas) e o imposto de superfície, que é em função das áreas das licenças.

Diferentemente da Vale, que aposta na Linha de Sena para escoar o seu carvão, a Riversdale tem concentrado os seus esforços na via fluvial⁸, estando apenas a aguardar a resposta do MICOA, que ao que tudo indica deverá ser favorável, pois os resultados preliminares do estudo de viabilidade para se navegar o rio Zambeze foram positivos. São os mesmos a serem usados pelo MICOA na tomada de decisão⁹.

⁸ Para mais detalhes ver jornal *O País* de 30 de Junho de 2010 e jornal *O Autarca* de 11 de Março de 2011.

⁹ Ver estudo apresentado pela AMDCM em Maputo, publicado pelo jornal *O País*, de 10 de Maio de 2011.

4. EFEITOS DOS MEGA PROJECTOS DE MINERAÇÃO: A REALIDADE EM TETE

4.1 Principais sectores económicos dinamizados

Os grandes insumos e factores de produção específicos da actividade mineira são importados pelas empresas mineiras sem aplicação de taxas alfandegárias. Como mostramos nas secções anteriores deste texto, tanto a Vale como a Riversdale gozam de isenções de direitos aduaneiros¹⁰. Internamente existe um aumento de serviços de transportes e outros insumos associados (combustíveis, energia, etc.).

O escoamento da produção de carvão está ainda pouco definido. Estudam-se as possibilidades de escoar milhões de toneladas anuais pelas linhas de Sena e de Nacala, ou pelo rio Zambeze. Não há informações definitivas sobre as alternativas ou tonelagens por cada uma das vias mencionadas. Na fase inicial existe ainda a possibilidade de escoamento por camião até ao porto da Beira. Considerando os volumes de transporte e a existência de mais do que uma empresa, pode-se supor a possibilidade de utilização de mais do que uma ou todas as alternativas possíveis.

A reabilitação do corredor do Norte está sendo realizada com um investimento da Vale num valor estimado em USD 1.6 biliões. O projecto denomina-se Nacala XXI e será implementado mediante um acordo, assinado a 23 de Outubro de 2009, entre a mineradora brasileira, representada pelo então seu presidente, Roger Agneli, o governo moçambicano, representado pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, Paulo Zucula, e a empresa Insitec, representada pelo seu PCA, Celso Correia¹¹. A ferrovia deverá atravessar o vizinho Malawi sendo

¹⁰ A isenção por parte da Riversdale foi nos dada a conhecer pela própria empresa através duma carta datada de 7 de Julho de 2011. A Vale Moçambique beneficia igualmente de isenção de direitos aduaneiros (Ver Castel-Branco e Cavadias, 2009).

¹¹ Este assunto foi largamente noticiado dentro e fora de Moçambique. Para mais detalhes podem ser vistas, de entre várias, as seguintes fontes: Jornal O País: <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/10319-vale-vai-investir-1-biliao-de-dolares-no-corredor-do-norte.html>, Revista África 21 <http://africa21.achanoticias.com.br/noticia.kmf?cod=9069846&indice=0&canal=402>

por isso que esteve presente na assinatura do acordo o então Ministro malawiano dos Transportes Khumbo Kachali.

O equipamento ferroviário que começou a operar na linha de Sena pertence à Vale. As obras do porto de carvão na Beira são realizadas, em parte, com investimentos da Vale e da Riversdale, de acordo com Casimiro Francisco, Presidente da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento do Carvão Mineral (AMDCM)¹².

Pode-se afirmar existem grandes investimentos na construção e ou reabilitação das vias de comunicação e nos portos por conta das empresas mineiras. Mesmo com estas informações das próprias empresas mineiras, o Ministro dos Transportes e Comunicações, diz que tal não é verdade, afirmando ser o Estado quem tem estado a fazer tudo, mesmo que, em alguns casos, o faça com recurso a concessões¹³.

A economia nacional e os investimentos públicos não tiveram capacidade de reposta, perante os montantes necessários e devido à capacidade técnica e de gestão necessárias. Este facto confirma-se pelas declarações do Ministro Zucula.

4.2 Efeitos económicos locais

A actividade mineira fez crescer a demanda interna e consequente oferta de bens e serviços de primeira ordem (efeito imediato)¹⁴. Alguns têm, necessariamente, que ser fornecidos localmente, como são os casos da hotelaria, restauração, arrendamento imobiliário e transportes de curta distância, maioritariamente através de empresas com sede na zona.

Outras actividades fazem incrementar a oferta de serviços de empresas nacionais e ou estrangeiras como o fornecimento de energia, transportes de longa distância e serviços bancários.

¹² Casimiro Francisco fez tais pronunciamentos na conferência do carvão, havida em Maputo na primeira semana de Julho de 2011, e também na entrevista que concedeu ao jornal notícias, publicada na edição de 15 de Julho de 2011.

¹³ Ver O País, edição de 7 de Julho de 2011

¹⁴ Considera-se um efeito de primeira ordem a proporção do aumento de procura que um determinado sector faz de bens intermédios de outros sectores da economia, para produzir uma unidade adicional como resposta ao incremento da procura desse sector.

As demandas de primeira ordem são satisfeitas pela oferta de novos empreendimentos ou a extensão de actividades para as cidades de Tete e Moatize, como são os transportes aéreos a partir de várias capitais provinciais e da África do Sul, a energia de Cahora Bassa e estações de serviços de assistência técnica aos transportes, postos de abastecimento de combustíveis, agências bancárias e outros serviços.

Quadro 1: Evolução do número de agências bancárias em Tete Moatize, de 2007 ao 1º Semestre de 2011

NOME DO BANCO	TETE					MOATIZE				
	2007	2008	2009	2010	2011 (1º Semestre)	2007	2008	2009	2010	2011 (1º Semestre)
BIM	1	1	2	2	3	0	0	1	1	1
BCI	1	1	1	1	2	0	0	0	1	1
STANDARD BANK	1	1	1	2	2	0	0	0	0	0
BARCLAYS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
BANCO TERRA	0		1	1	1	0	0	0		0
BANCO OPORTUNIDADE	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
PRO CREDIT	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0
SOCREMO	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0
TCHUMA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ABC	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
FNB	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
TOTAL	4	4	8	12	15	1	1	2	3	3

Fonte: Construção dos autores com base na recolha feita por Rui Vasconcelos durante o trabalho de campo.

O quadro acima mostra a evolução do número de agências bancárias em Tete e Moatize, no período que vai de 2007 ao primeiro semestre de 2011.

Note-se que, em 2007, ano de chegada dos mega projectos, havia em Tete e Moatize um total de 5 agências bancárias. Em três anos e meio, passou-se de 5 para 18 agências bancárias. No entanto, a qualidade dos serviços prestados é deficiente. As caixas multi-banco (ATMs) continuam com longas filas de clientes. Tal verifica-se sobretudo nos últimos dias de cada mês, havendo mesmo clientes que passam mais de cinco horas na fila.

E se, por um lado, houve crescimento numérico de agências bancárias, por outro lado é notável o facto de todos os maiores bancos existentes no país terem instalado agências em Tete, particularmente de 2009 a esta parte.

Estas actividades geram emprego e rendimento para as famílias e implicam oportunidades para ampliar ou para o surgimento de novos pequenos negócios (habitação, transportes públicos, comércio, venda da pequena produção agrícola e pecuária, etc.) constituindo efeitos dinamizadores de segunda ordem (respostas produtivas a demandas de 1ª ordem de um determinado sector). A construção civil tem um grande incremento na habitação (condomínios, edifícios para escritórios, reabilitação de casas, pontes e estradas).

O tecido produtivo empresarial de bens tem tido uma resposta menos visível. A agricultura é o exemplo mais evidente. As novas procuras de alimentos, em escala muito superior à existente até há dois ou três anos, ainda não encontraram resposta do lado da oferta. As empresas mineiras necessitam de alimentos para os refeitórios e abastecimento a técnicos não locais (expatriados e de outras províncias) em quantidade, qualidade e regularidade, que os produtores locais não satisfazem. Uma fonte da Vale indica que esta empresa consome cerca de 1.500 quilos de frango por dia, e serve 24 mil refeições por dia¹⁵.

Os bens são importados maioritariamente da África do Sul. Porém, quando existem falhas de importação (atrasos), acontecem solicitações de última hora que as empresas locais procuram satisfazer, como é o caso do matadouro de Tete.

O crescimento das actividades económicas locais ou de outros agentes económicos a nível nacional, é sobretudo induzido por demandas externas relacionadas com os fluxos imigratórios e com a procura de serviços por parte das empresas mineiras. Existem outras dinâmicas locais

¹⁵ O número inclui todos os trabalhadores de todas as empresas subcontratadas pela Vale entre nacionais e estrangeiros, ou seja, o somatório do Consórcio e da Osel.

paralelas que são reforçadas pela imigração e aumentos do rendimento das famílias (por aumento do emprego e de pequenos negócios) que fazem existir a percepção de Tete como uma zona de oportunidades e com muita moeda em circulação.

A economia especulativa surge como importante, sobretudo tendo o solo e as licenças de mineração como objecto dos negócios. Existiu uma grande procura de licenças de exploração (O governo concedeu nos últimos dois anos mais de 112 licenças a 45 empresas nacionais e estrangeiras ligadas à extracção de carvão na província de Tete, o que obrigou o Governo a suspender a emissão de novos títulos mineiros para a exploração de carvão em Tete)¹⁶ de diferentes áreas, para pessoas singulares ou colectivas diversas, sem quaisquer condições para iniciar ou realizar estudos sobre uma eventual actividade mineira. A especulação consiste na expectativa de trespassar a licença, a preços muito superiores, a empresas que a queiram comprar, seja para fins produtivos seja para uma eventual segunda fase especulativa sobre mesma área.

Já existiram transacções de licenciamentos entre multinacionais. A título de exemplo, a Rio Tinto adquiriu a Riversdale Mining Ltd por USD 3.8 biliões, numa operação realizada no mercado australiano de capitais, sem nenhum ganho para Moçambique. Com esta operação, a Riversdale deverá passar todos os seus projectos mineiros em África (sendo o de Tete o mais importante) à Rio Tinto¹⁷. Em seguida, a Rio Tinto adquiriu as acções em circulação da Riversdale Mining, tendo agora assegurado uma participação de mais de 99% após a Tata Steel decidir vender a sua participação à empresa australiana¹⁸.

¹⁶Informação dada pelo Inspector do MIREM, Afonso Mabica, a vários órgãos de informação em finais de Setembro de 2011.

¹⁷Detalhes desta transacção podem ser vistos em várias fontes como esta: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/janeiro-2011/rio-tinto-com-201cluz-verde201d-para-comprar-riversdale/

¹⁸ <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/rio-tinto-anuncia-aquisicao-de-aco-es-da-riversdale>

Não existem políticas e incentivos direccionados (por exemplo, taxas de juro bonificadas, facilidades de crédito e fiscalidade), que estimulem a emergência de empresários locais.

4.3 Imigração e mercado do trabalho

A imigração possui naturezas diferenciadas, principalmente: (1) técnicos expatriados de várias nacionalidades com residência em Maputo, Tete ou Moatize; (2) expatriados com permanência de curta duração (assessorias, consultorias e estudos, etc.); (3) moçambicanos de outras províncias com residência no local; (4) técnicos moçambicanos com estadias de curta duração com trabalhos semelhantes aos expatriados em trânsito; (5) empresários moçambicanos com actividades de diferentes dimensões e tipos, provenientes de outras províncias; (6) pessoas sem qualificação que procuram emprego; (7) pessoas que desenvolvem actividades ilícitas (fala-se de droga, pedras preciosas ou semi-preciosas, ouro, prostituição, etc.).

A diversidade de actividades responde e faz emergir mercados socialmente segmentados, com poucas relações entre si e com a transacção de bens e serviços qualitativamente diferenciados.

Muita da imigração é derivada da baixa qualificação e experiência profissional da oferta de trabalho em Tete.

O défice de oferta é muito grande em todos os escalões e profissões. Isto é, por um lado, consequência do incremento rápido da procura e, por outro, devido à orientação da política educativa que tem secundarizado a formação técnica, profissional e de ofícios.

As empresas possuem escolas de formação profissional e acordos de parcerias com institutos de formação e universidades. A Vale envia moçambicanos para formação no Brasil. Se é verdade que a formação constitui um ganho em capital humano para o país, e para os cidadãos individualmente, deve também ser analisada no quadro da racionalidade

empresarial, na perspectiva de redução de custos do trabalho através da substituição, a prazo, de trabalhadores expatriados por moçambicanos.

O desequilíbrio do mercado (devido ao défice de oferta), não se traduz em diferenças significativas nos salários, comparativamente aos legalmente estabelecidos ou em relação aos praticados em outras zonas do país. As empresas mineiras beneficiam-se do excedente de pessoas com alguma qualificação, existentes em outras províncias (principalmente Maputo, Sofala e Zambézia). Porém, existem indícios de salários elevados para os técnicos expatriados, comparativamente com os salários praticados a técnicos moçambicanos com semelhantes qualificações.

O quadro abaixo ilustra as diferenças salariais existentes no projecto da Vale, em Julho de 2011.

Quadro 2: Número de trabalhadores do projecto da Vale em Moatize, salários mínimos e máximos

EMPRESA	Mulheres	Homens	TOTAL	Moeda	Salário Mínimo	Salário Máximo	Diferença entre mínimo e máximo
CONSÓRCIO (moçambicanos)	115	2569	2684	MZN	3.221.00	136.227.00	133.006.00
OSEL (estrangeiros)	23	301	324	USD	664.57	17.677.00	17.012.43
TOTAIS	138	2870	3008				

Fonte: Construção dos autores com base em informações colhidas junto dos trabalhadores da Vale Moçambique em Julho de 2011

NOTA: O “Consórcio” congrega trabalhadores moçambicanos de várias empresas prestadoras de serviços ao projecto da Vale, e “Osel” congrega trabalhadores estrangeiros. O somatório de ambos perfaz o grupo total de trabalhadores do projecto da Vale em Moatize.

Resta-nos o benefício da dúvida no que diz respeito a eventuais diferenças em termos de experiência e produtividade.

O absentismo é um problema na organização do trabalho nas empresas. Os trabalhadores, semi proletarizados, mantêm as suas relações com o meio rural e com a agricultura, priorizando determinadas tarefas e funções no âmbito da divisão social do trabalho nas famílias.

As empresas mineiras possuem refeitórios para todos os trabalhadores assim como centros de saúde, onde existem observações periódicas para a detecção de doenças profissionais¹⁹. É conhecido que a exploração mineira possui condições para uma maior incidência de doenças respiratórias. O acompanhamento da saúde dos trabalhadores não evita totalmente o surgimento, a prazo, das doenças de maior incidência nas minas de carvão.

4.4 Infra-estruturas

A imigração está provocando um grande aumento demográfico nas cidades de Tete e Moatize, ao longo da estrada entre estas duas cidades e na via Tete-Cahora Bassa. Os bairros nas periferias crescem de forma desordenada, sem que a oferta de serviços básicos (educação, saúde, saneamento, etc.) aumente ao mesmo ritmo. Existe uma importante pressão sobre o solo, nas zonas de maior aumento demográfico, assim como na concessão de terras para exploração mineira.

O tráfego tem aumentado rapidamente de intensidade congestionando as duas cidades e com fluxos elevados porque as estradas, de uma via em cada sentido, não satisfazem a circulação segura. A quantidade de camiões de grande tonelagem é elevada o que agrava a situação. A ponte Samora Machel, embora recentemente reabilitada, apenas permite a circulação de um camião de grande tonelagem de cada vez.

¹⁹ Consideram-se doenças profissionais as enfermidades provocadas pelo ambiente de trabalho. São assim qualificadas porque os trabalhadores de uma determinada profissão possuem maior probabilidade de terem uma determinada doença em consequência das condições laborais,

Os quadros abaixo mostram a evolução do número de transportadores, veículos, passageiros e carga transportada.

Quadro 3: Evolução do número de novos transportadores, veículos e passageiros transportados entre 2007 a I Semestre de 2011

Anos	2007	2008	2009	2010	I Semestre de 2011
Transportadores	05	42	37	47	59
Veículos	19	412	158	102	180
Fluxo urbano – Número de passageiros	540.000	571.000	10.928.600	4.631.914	2.827.098

Fonte: Compilação dos autores com base em informações recolhidas junto da Direcção Provincial de Transportes e Comunicações de Tete

O trânsito na cidade de Tete aumentou rapidamente. Hoje, o tráfego citadino é intenso. Conforme se vê no quadro acima, o número de passageiros subiu de 540.000 em 2007 para 2.827.098 no primeiro semestre de 2011.

O transporte de carga evoluiu da seguinte forma:

Quadro 4: Evolução do número de novos transportadores, veículos e carga transportada entre 2007 e I Semestre de 2011

Anos	2007	2008	2009	2010	I Semestre de 2011
Transportadores	19	41	49	134	65
Veículos	41	424	107	240	170
Carga transportada (em ton)	623.000	506.500	1.062.720	3.237.516	2.007.355

Fonte: Compilação dos autores com base em informações recolhidas junto da Direcção Provincial de Transportes e Comunicações de Tete

Nos primeiros seis meses de 2011 foram registados mais 65 transportadores de carga, quando em 2007 havia apenas 19, uma subida

superior a 300%, sendo que o número de passageiros passou de 623 mil no ano 2007 para mais de dois milhões.

Os hotéis dificilmente têm vagas. Todas as unidades hoteleiras visitadas estão construindo novas capacidades. As empresas mineiras reservam, na totalidade ou parcialmente, os quartos por períodos longos.

Em resumo, verifica-se uma forte sobrecarga nas principais infra-estruturas urbanas, de serviços públicos e das estradas. Estão em construção novos hotéis e outros estão em ampliação, surgem novos bares e restaurantes e grande quantidade de habitação, incluindo condomínios de luxo. Será construída uma nova ponte para a travessia do Zambeze.

4.5 Inflação

O défice de oferta em quase todos os bens e serviços ou a oferta de bens maioritariamente importados, por um lado, e a procura segmentada e “externa” a Tete, por outro, estão a provocar uma inflação autárquica elevada (não há estimativas oficiais). Os preços da hotelaria e restauração são um exemplo. O preço de venda de animais dos pequenos produtores a compradores, vindos de vários pontos do país (incluindo Maputo), aumentou várias vezes nos últimos 2 a 3 anos. Por exemplo, em 2007, um cabrito era vendido por 600 Mts mas hoje o mesmo cabrito chega a custar 2000 Mts.

Os preços dos bens e serviços das empresas, em Tete, são altos devido aos custos de transporte.

Quadro 5: Comparação da evolução de preços de alguns bens alimentares entre Maputo e Tete entre 2007 e 2011 – (Mt/kg)

	Maputo					Tete				
	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Milho Branco	6.47	11.43	10.16	14.21	13.20	3.43	9.71	7.43	8.00	8.00
Feijão Manteiga	23.09	28.23	20.38	32.08	32.00	23.09	34.64	20.79	28.87	34.64
Açúcar castanho nacional	22.11	26.53	25.55	26.67	39.02	18.00	22.50	25.00	30.00	35.00
Batata reno nacional	19.33	3.33	...	20.00	25.00	10.00

Fonte: Compilação dos autores com base em dados do SIMA

Quadro 6: Comparação de preços de alguns bens e serviços entre Maputo e Tete em 2011 (em MZN)

Serviços	Maputo		Tete	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Alojamento no hotel 3 estrelas em quarto <i>standard</i>	3.000	4.368	5500	7500
Aluguer de viatura 4x4 sem motorista/dia	4.000	8.305	4.784	10.200
Renda de apartamento T3	18.000	90.000	30.000	150.000

Fonte: Compilação dos autores com base em informação recolhida de várias fontes durante o trabalho de campo

O aumento dos preços em Tete não tem correspondência com a qualidade da oferta, agravando a relação preço-qualidade em comparação com muitas outras zonas do país.

Um apartamento T3, cuja renda custava 7.500Mts em 2007, custa hoje 40.000Mts

O mercado segmentado, em termos de poder aquisitivo, e o facto de muitos dos consumos serem custeados por empresas facilitam a inflação.

A inflação beneficia alguns agentes económicos locais, que actuam do lado da oferta (sobretudo a oferta imobiliária e restauração, construção civil, transportes de curta distância, comércio e produtores de bens alimentares).

A procura segmentada afecta negativamente sobretudo a população de menor rendimento devido ao aumento dos preços alimentares localmente produzidos (milho, cabrito, vegetais, bens importados, etc.). A procura de renda elevada tem repercussões principalmente sobre os custos das empresas, na medida em que os consumidores são trabalhadores qualificados, expatriados ou de outras províncias, equipas técnicas em trânsito e uma pequena elite directa ou indirectamente relacionada com os poderes locais. Pode-se assim inferir que existe um agravamento do custo de vida com efeitos sobre os mais pobres e com aprofundamento das desigualdades sociais. A inflação aprofunda negativamente as condições de vida da população, cujo acesso a serviços básicos e à habitação é menor, em consequência do aumento da demanda devido à imigração e à resposta mais rígida da oferta.

4.6 Reassentamentos

A exploração mineira implica a movimentação de populações. O processo tem sido aparentemente dirigido pelos organismos do governo local, que possui uma comissão chefiada pela Secretária Permanente do Governo provincial, que reúne várias direcções provinciais, administradores distritais e as empresas mineiras. Na realidade quem executa o reassentamento são as empresas, mesmo que a decisão dos locais do reassentamento seja do Governo Provincial, mediante apresentação de várias propostas alternativas indicadas pelas empresas. Por exemplo, uma fonte da Vale refere que a empresa tinha apresentado ao Governo Provincial 10 opções de locais para os quais as pessoas afectadas pelo mega projecto de Moatize deveriam ser transferidas. Foi dessas 10 alternativas que foi escolhida a localidade de Cateme, que dista 40 quilómetros da Cidade de Tete. Nem as populações nem os seus representantes participam na comissão do Governo, que se assume como representante dos interesses do povo.



Reassentamento de Mwaladzi

As pessoas a reassentar são contactadas por equipas, constituídas por membros dos governos provincial e distrital e das localidades/aldeias e por pessoas das empresas. O reassentamento é colocado às pessoas como uma inevitabilidade e são anunciadas promessas diversas, não escritas e muitas delas não cumpridas até ao momento (como por exemplo a questão do sistema de abastecimento de água em Cateme, ofertas de emprego e transporte gratuito de Cateme para a Vila de Moatize e cidade de Tete).

A execução das mudanças é da responsabilidade da empresa mineira.

A população reassentada em Cateme, há cerca de 2 anos, pela Vale, localizada a cerca de 40 kms do local de origem, permanece com grandes dificuldades que, em resumo, são as seguintes:

- Existem muitas reclamações relativas às casas, construídas sem fundações nem armação em ferro, o que pode constituir um perigo aquando da existência de fortes chuvas e ventos.
- As terras destinadas para a agricultura são de inferior qualidade comparativamente com as usadas nos locais de origem. A diferença da qualidade da terra, da proximidade das residências em relação aos mercados e a serviços públicos, entre outros factores, que influenciam o valor do solo, não têm sido avaliadas nem compensadas.
- Em consequência do ponto anterior, as possibilidades de realização de pequenos negócios são agora reduzidas porque as pessoas estão distantes dos mercados.
- A distância em relação aos diversos serviços da administração pública e outros é, agora, de mais 30 kms, comparativamente com a situação pré reassentamento.
- Os transportes são feitos através dos “chapas” a preços não suportáveis pelas famílias reassentadas em Cateme: uma viagem de Cateme à cidade de Tete custa cerca de 60 Mts.
- As zonas de pasto são más e distantes da residência.
- Existe uma grande insatisfação das populações que se sentem enganadas e sem canais para a colocação das “preocupações” e para a reivindicação dos seus direitos.

Um segundo reassentamento tem lugar em Mwaladzi, a 4 Km de Cateme e 50 km do local de origem, Benga. Os problemas são idênticos,

com excepção das casas, que são melhoradas (fundações e estrutura com vigas e ferro). Como elementos agravantes, destacam-se os seguintes:

- Não existem transportes nem a respectiva Direcção Provincial perspectiva a solução do problema, justificando-se com a incapacidade da empresa pública e com a não viabilidade para motivar as empresas privadas, devido ao baixo fluxo de pessoas e às más condições da estrada.
- As famílias já reassentadas, há cerca 10 meses, ainda não começaram a trabalhar nos campos. Referem que os solos não são aptos. Receberam, no momento da deslocação, uma “cesta” com géneros alimentícios considerados pelos “doadores” (empresa mineira) como suficientes para 3 meses, tempo já expirado. O período referido não é suficiente para a abertura de novas parcelas agrícolas nem para o crescimento biológico das plantas até à maturação do produto. Desconhecem-se os critérios do tempo e do tipo de “cesta”.
- As populações ainda não deslocadas recusam-se a sair dos actuais locais sem que as condições, no local de reassentamento, estejam asseguradas (habitação, produção agrícola, transporte, etc.) e clarificadas (avaliação do actual património e respectivas indemnizações).

A execução e todos os custos do reassentamento são da responsabilidade das empresas mineiras.

A exploração mineira implica necessariamente reassentamentos para solos mais pobres com consequências em relação à produção agrícola e às pastagens²⁰. O alargamento das áreas em exploração implicará efeitos ambientais de difícil reparação, mesmo considerando a concretização da recuperação dos solos e da cobertura dos buracos das minas das explorações em momentos anteriores e a plantação de árvores autóctones com o objectivo de restabelecer a flora pré-existente (em relação à exploração mineira).

²⁰ Esta observação foi feita por vários reassentados visitados pelos autores e corroborada pela Direcção Provincial de Agricultura.

A fauna é afectada, bem como a utilização de recursos florestais pela população (para a produção de lenha, como material de construção e produção de carvão vegetal).



Mata oferecida aos reassentados de Cateme, para fazerem machambas

4.7 Governação

A governação local procura dirigir o processo dos reassentamentos conforme referido. Porém, possui uma capacidade executiva muito reduzida sendo substituída, na prática, pelas empresas.

As direcções provinciais têm limitações técnicas e de infra-estruturas para o desempenho de funções de fiscalização, regulação e monitorização de diferentes aspectos da actividade mineira e de outras emergentes, ou que têm ganho maior dimensão nos últimos anos.

Informações na Direcção Provincial da Coordenação Ambiental indicam existirem, no total, apenas 11 técnicos, sendo 7 planificadores físicos e 4 técnicos doutras áreas. Nenhum deles é ambientalista. O director provincial é economista. Trabalha-se sem laboratórios e outros recursos. Não só existem lacunas técnicas, como muitas direcções provinciais e os municípios não possuem estratégias e acções concretas para prever o agravamento de situações derivadas da intensificação da actividade económica e particularmente da extracção mineira.

A avaliar pelas informações prestadas em entrevistas, realizadas durante o trabalho de campo, algumas direcções provinciais e o Município de Tete têm grandes dificuldades em precisar informação sobre a evolução recente da economia e da sociedade. Foram detectados pontos de vista e elementos de desacordo acerca de algumas medidas e procedimentos relacionados com a exploração mineira e respectivas empresas. Por haver um maior envolvimento das instituições públicas locais, este aspecto foi detectado sobretudo nos assuntos relacionados com os reassentamentos.

As debilidades locais traduzem-se e são também consequência duma forte concentração de funções e tarefas nos órgãos centrais, que replicam semelhantes incapacidades nas funções referidas (fiscalização, regulação, monitoria e laboratórios).

Às empresas são concedidas excepionalidades no cumprimento da legislação em vigor, como, por exemplo, em relação à Lei do Trabalho no que respeita à percentagem de estrangeiros relativamente ao número total de trabalhadores. Podem ser excepionalidades justificadas. A questão é saber-se como essas excepionalidades são obtidas, comparativamente com idênticas solicitações de empresas com justificações não menos evidentes, como por exemplo as universidades²¹.

²¹ A ideia de que as universidades possuem pessoal docente moçambicano suficiente é uma falácia. Actualmente cerca de 70% do corpo docente das instituições de ensino superior possui graus de licenciatura e bacharelatos. Esta composição do corpo docente não é aceitável em universidades e, no entanto, não é fácil conseguir a contratação de docentes com graus de doutores devido à Lei do Trabalho que impõe um limite percentual de trabalhadores estrangeiros.

As “estruturas” das aldeias e localidades, sobretudo onde residem as pessoas a reassentar, não têm conhecimento e informação dos factos, nem capacidade negocial ou reivindicativa. As autoridades locais (ao nível das aldeias e bairros) desconhecem a legislação directamente relacionada (por exemplo Lei de Terras, das Minas, etc.).

Também foram detectados posicionamentos diferenciados entre os responsáveis numa das aldeias e um ambiente de manifesta resignação e insatisfação contida.

As relações entre as empresas e as instituições governamentais são estabelecidas em reuniões de coordenação e de prestação de informação sobre diversos aspectos. Não foi possível conhecer o tipo de informações prestadas mutuamente e, principalmente, das empresas às diferentes instituições do Governo. Há porém zonas que podem indiciar relações perigosas como, por exemplo, pagamento de viagens para visitas, deslocações de troca de experiências, cursos de curta duração, etc. Há ainda, pelo menos, um caso de oferta de uma viatura a uma organização local para o exercício das suas funções.

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

5.1 Grandes projectos, padrões de acumulação e desenvolvimento local: *El Dorado Tete*

A implantação de grandes projectos introduz ritmos acelerados de demanda de bens e serviços, que o tecido económico não consegue satisfazer. Dois fenómenos acontecem:

- Grande parte dos bens e serviços são importados de outros pontos do país ou do exterior, o que gera, sem fundamento, uma percepção negativa da empresa mineira e das subcontratadas para a importação e prestação de serviços, alegando-se não dinamizar a economia local. Face à não resposta do tecido empresarial, não restam opções que não a importação dos bens e serviços não oferecidos em quantidade, qualidade e regularidade exigidas pelos demandantes.
- Emergência de um tecido empresarial, com ofertas sem qualidade, aproveitando a inflação para a obtenção de sobre lucros e sem garantia de regularidade de fornecimento.

Pelas mesmas razões os grandes projectos introduzem ou agravam as incapacidades técnicas, de regulação e fiscalização das instituições públicas e da sociedade civil, o que implica relações desiguais de negociação e fluxos de informação assimétricos e dificulta a realização das funções do Estado aos diferentes níveis.

A presença de um grande projecto reconfigura os padrões de acumulação. O primeiro é centrado no exterior, com base no carvão, enquanto fonte energética de centrais térmicas e indústrias de ferro, aço e outras. O segundo, também no exterior, é a acumulação em actividades relacionadas com o *core business*²² da cadeia produtiva, principalmente representada pelos benefícios das empresas fornecedoras de bens (por exemplo equipamentos) e de serviços (técnicos, estudos, alimentos,

²² *Core business* é o núcleo dum negócio ou área de negócios, em função da estratégia de cada empresa para o mercado. Para mais explicações ver em http://pt.wikipedia.org/wiki/Core_business

viagens, etc.). O terceiro, interno, assenta e reforça o padrão dominante externo e é constituído por grupos económicos e de interesses promíscuos entre a política e os negócios, que se materializa nas vias de escoamento do carvão (portos e caminhos-de-ferro, serviços de estiva e outros), transportes terrestres e outros. O quarto, um padrão secundário interno de rendimentos de rendas, suportado pelo negócio especulativo de licenças, terras, solo urbano e imobiliário. O quinto, gera-se a nível local através das actividades que procuram responder, principalmente, às demandas externas - de outras províncias e sobretudo do exterior (habitação, hotelaria, restauração, comércio, transportes de curta distância, venda de animais, lenha e carvão, etc.).

Está-se a formar um padrão de acumulação em redor de projectos de capital estrangeiro que satisfazem demandas externas, contribuem para uma maior extroversão da economia e aumentam a dependência de importações. A acumulação local é de segunda ordem (directamente relacionada com as empresas mineiras e por estas subcontratada) e de terceira ordem (actividades indirectamente relacionadas mas dependentes da mineração). São considerados padrões secundários por serem gerados em actividades não pertencentes ao *core business* da cadeia de valor e porque o volume dos benefícios representa uma pequena percentagem da distribuição dos lucros ao longo da cadeia produtiva.

Existem em Tete novas dinâmicas económicas que geram rendimento e moeda em circulação, com crescimento rápido da economia, acompanhado da conseqüente inflação, um incremento mais rápido da procura e uma elevada rigidez da oferta local. Por um lado, a rapidez da evolução deriva da injeção de muitos recursos externos e, por outro, a inexistência de um tecido empresarial local, em consequência da história económica do país. A pouca ou nenhuma formação do capital social e a secundarização do ensino técnico, profissional e de artes contribuem também para a fraca capacidade de resposta do tecido produtivo.

O modelo de desenvolvimento que se verifica em Tete pode-se assemelhar ao dos pólos de desenvolvimento. Os efeitos estão a acontecer nas zonas de estudo. O crescimento rápido, por implantação de grandes projectos, cria expectativas de emprego, oportunidades de negócio e

percepção, muitas vezes sem correspondência real, de ganhos rápidos e fáceis. O problema é que as expectativas provocam movimentos migratórios superiores à capacidade de absorção de mão-de-obra, geralmente não qualificada. Assim se compreende o grande crescimento visível da população no corredor Tete – Moatize, a incapacidade de reposta dos serviços aos cidadãos (educação, saúde, etc.), a ruptura e aceleração da degradação de infra-estruturas (já anteriormente com deficiente manutenção), como grande parte do imobiliário, saneamento, arruamentos, estradas e outras.

Os desequilíbrios económicos, o défice de oferta de serviços e a ruptura de infra-estruturas desenvolvem as desigualdades sociais e criam pobreza nas famílias não integradas nos processos produtivos. Como forma de sobrevivência à pobreza, desenvolve-se a economia informal para satisfação de uma demanda segmentada e de baixa renda, que cria desemprego e, simultaneamente, reproduz a pobreza. Desenvolve-se uma economia dual²³, nestes casos com poucas relações económicas ou comerciais entre si, mas com possíveis grandes funcionalidades, porque o modelo de acumulação principal (ou dominante) beneficia-se da transferência de recursos do sector menos eficiente e de produtividade mais baixa. A pobreza é acompanhada de um custo de oportunidade do emprego baixo, o que permite a prática de salários reduzidos e conseqüente redução dos custos. Seria interessante verificar em que medida, no caso do processo produtivo das minas, o trabalho não qualificado afecta a produtividade, numa proporção mais elevada relativamente a eventuais incrementos salariais, devido a custos de oportunidade mais elevados. Por outro lado, a pouca oferta de trabalho qualificado faz aumentar os salários dos técnicos, localmente recrutados, e impõe a importação de outros, cujos custos são elevados. Para uma conclusão sobre o assunto, seria necessário fazer-se um balanço dos custos do trabalho com diferentes níveis de incorporação de moçambicanos.

²³ Economias duais são aquelas onde existem fundamentalmente dois sectores bem diferenciados. Diferenciam-se pela escala produtiva, tecnologias utilizadas, produtividades, mercados de factores e de bens e serviços, formas e filosofias organizacionais, enquadramento/integração no ordenamento legal, entre outras variáveis.

Destaca-se que o investimento no sector mineiro, e actividades relacionadas com o *core business*, são pouco geradoras de emprego (por serem intensivos em capital). Este facto aumenta a limitada inclusão das economias locais e é um factor de pobreza.

Nas condições descritas não há lugar a um desenvolvimento territorial estável, sustentado, equilibrado espacialmente e socialmente equitativo. As relações intersectoriais são muito frágeis e não criam efeitos multiplicadores e sinergias locais. É um desenvolvimento de risco porque extravertido e dependente da volatilidade dos mercados internacionais. No caso do carvão, é necessário considerar que ele é uma matéria-prima de indústrias pesadas, uma fonte energética poluidora, principalmente consumida nas economias emergentes com um processo de desenvolvimento rápido, com grandes expectativas mas, simultaneamente, com riscos e por consolidar no âmbito da economia mundial.

5.2 Reassentamentos: síntese do pior das aldeias comunais

A implantação de grandes projectos implica o reassentamento das populações que habitam, e desenvolvem as actividades económicas e sociais, nas zonas de exploração mineira. O alargamento das áreas a explorar abrangerá uma parte significativa do território da província de Tete, o que significará a movimentação de grande parte da população da província coincidindo com as zonas de maior densidade populacional. A continuidade dos reassentamentos, nos moldes e procedimentos actuais e com os efeitos que se verificam, implicará descontentamento das pessoas, conflitos de terras, produção em áreas menos férteis, com redução dos volumes produtivos e dos rendimentos, menor acesso aos mercados e a oportunidades de negócios, mais dificuldades de transporte e comunicações, piores condições de vida, etc. Em resumo, com a continuidade do formato dos actuais reassentamento, é equacionável o empobrecimento, situações de conflitualidade e mal-estar das populações.



Mercado de Cateme

Os actuais reassentamentos são uma síntese dos erros cometidos com a mobilização das pessoas para viverem em aldeias comunais. Com a agravante de serem agora forçados (o que nem sempre aconteceu anteriormente, salvaguardando os contextos de guerra) e com menor mobilização e informação das razões da movimentação dos cidadãos. Isto é, não há memória institucional, pouca assessoria existe das pessoas com as experiências do passado, mesmo que fosse, apenas, para transmitir o que se deveria evitar. Destacam-se os seguintes erros:

- Redução da movimentação da população à questão da habitação, sem consideração pelos restantes aspectos da vida (produção, consumo, serviços aos cidadãos, acesso a recursos naturais e mercados, fertilidade da terra, zonas de pastagem, espaços físicos e de preservação de intimidades, etc.).
- Negligência e/ou desconhecimento dos aspectos sociológicos e as suas implicações na reorganização e ocupação do espaço, segundo a organização social da família e os limites espaciais entre famílias (vizinhanças), entre outros aspectos.

- Envolvimento aberto e transparente dos cidadãos na discussão das implicações, positivas e negativas, derivadas das movimentações, e responsabilidades das partes envolvidas.
- Inexistência de documentação, escrita e assinada pelas partes envolvidas, acerca das discussões que tiveram lugar, deveres e obrigações, prazos, penalizações por incumprimento, etc.
- Promessas não cumpridas quanto a indemnizações e condições a ser criadas nos locais de destino.



Talão entregue pela Riversdale aos reassentados de Mwaladzi, para posteriores indemnizações

Os questionamentos e dúvidas, colocados por cidadãos, elementos de organizações da sociedade civil, representantes das comunidades, etc., são classificados, por membros do poder, como anti-desenvolvimento e anti-patrióticas, numa clara manifestação de pressão psicológica ou mesmo de ameaça e chantagem política. Existe ainda o pagamento a elementos das comunidades que, pelas suas funções, contribuem na

execução das mudanças, o que pode ser entendido como uma forma de pequena corrupção e obtenção de alianças locais. Estas práticas das empresas são secundadas com afirmações do poder que procuram resignar as populações, como por exemplo afirmar que a terra é do governo.

Os reassentamentos podem ser considerados como reservas de mão-de-obra barata, com baixos custos de transporte e, eventualmente, fáceis de recrutar. Apenas uma visão governativa e empresarial de curto alcance não se preocupa com o bom relacionamento dos agentes económicos com a população, pela melhoria da qualidade de vida dos potenciais futuros trabalhadores. Ou, hipoteticamente, manter as pessoas em situação de pobreza pode constituir uma forma de manter baixo o custo das oportunidades de trabalho, permitindo a prática de salários reduzidos.

5.3 Empresas: relações perigosas com a governação

As empresas de mineração possuem regras de disciplina e segurança laboral rígidas, impostas internacionalmente para as explorações semelhantes. Afirmam possuírem preocupações com os trabalhadores, apontando, como exemplo, milhares de refeições fornecidas diariamente, a assistência médica e as acções de formação. Informam que mais de 90% dos trabalhadores são moçambicanos, dos quais mais de 60% são de Tete e lamentam a baixa formação dos moçambicanos como obstáculo a um maior recrutamento local. Não concordam com os efeitos ambientais negativos, referindo que os buracos, resultantes da extracção de carvão a céu aberto, serão cobertos com o solo extraído das escavações de zonas posteriormente exploradas e restituída a flora pré existente. Referem a captação de água por furo junto à margem direita do rio Zambeze, perto da cidade de Tete e que cerca de 97% da água utilizada no processo produtivo é reciclada e reposta em fases posteriores de produção²⁴.

Porém, as empresas mineiras manifestam uma clara prepotência na recusa de prestação de informação a equipas de estudo e da sociedade civil. Pedidos de entrevistas são protelados e estas acabam não acontecendo. Nas visitas aos locais de exploração, quando irrecusáveis

²⁴ Informações colhidas na visita às instalações da Vale

pela origem da solicitação, muitas respostas às perguntas formuladas não acontecem, sob a alegação de serem matéria da competência de outros departamentos no quadro da forte hierarquização e departamentalização de funções das empresas de grande dimensão. Sobre os reassentamentos são extremamente evasivos.

Neste caso chega-se à arrogância e ao desprezo perante os visitantes e, muito mais grave, em relação aos cidadãos reassentados, ao se afirmar serem os melhores reassentamentos do mundo.

Desconhece-se se existem acordos que definam as tarefas e responsabilidades, entre o Governo e as empresas, sobre o processo de reassentamento. Se há, as comunidades e as organizações da sociedade civil de Tete não os conhecem.

As empresas lamentam a má imagem que lhes é atribuída devido, principalmente, aos reassentamentos e às fracas ligações com o tecido empresarial local. Se as decisões dos assuntos relacionados com os reassentamentos são da governação local, então a esta compete grande parte das responsabilidades. Porém, se a execução compete principalmente às empresas mineiras, então uma quota-parte da responsabilidade pode-lhes ser atribuída, sobretudo acerca dos procedimentos e de promessas não concretizadas.

Não obstante, compete às empresas ultrapassar a imagem que possuem relacionada com um conjunto de aspectos. A única forma de o conseguir é a prestação de informação de forma aberta e transparente, salvaguardando informações de “Estado” e que possam favorecer a concorrência. É ridículo dificultarem fotografias nas zonas de exploração quando qualquer consulta na *internet* proporciona imagens mais precisas e de escala superior à que se pode obter através de uma boa máquina fotográfica.

As empresas mineiras têm consciência da incapacidade de resposta do tecido empresarial local para satisfação das suas demandas. Por isso se socorrem do mercado externo. O Ministério dos Recursos Minerais impôs a necessidade de os concursos públicos, para fornecimento de bens e serviços e para a contratação de pessoal, serem anunciados nos órgãos de informação moçambicanos para permitir a informação e conhecimento

dos potenciais fornecedores²⁵. Significa isto que houve a necessidade de uma intervenção governamental, mesmo que tardia, o que revela: (1) por parte das empresas, a secundarização ou esquecimento do tecido empresarial local; (2) a reacção lenta da governação, que apenas tomou medidas após “pressões externas” (da sociedade civil).

É sabido que grande parte dos volumes financeiros dos investimentos realizados não entra no país. Os pagamentos das importações (equipamentos, parte dos salários dos expatriados, alimentação, etc.) são efectuados directamente entre contas no estrangeiro. Isto é, o sistema financeiro nacional intervém apenas para as operações monetárias internas. Se os impostos (IRPC) apenas são pagos sobre os lucros, resta saber como as contas serão auditadas ou se existe alguma cláusula contratual que refira esta importante matéria. A taxa de 2% sobre as exportações representa a valorização do carvão no seu estado natural (em bruto, no solo e subsolo), o que é manifestamente muito pouco se comparado com contratos existentes em outros países para a exploração de recursos naturais não renováveis²⁶.

O período do licenciamento de exploração varia entre 25 anos (no caso da Riversdale) e 35 anos (no caso da Vale) renováveis. Numa perspectiva empresarial, os ritmos de exploração e exportação devem considerar as mais elevadas taxas de rentabilidade e o período mais curto de recuperação do investimento. Provavelmente o período de 35 anos explique as pressas e os volumes de exportação previstos para os primeiros anos e ao longo do período concedido, no sentido de maximizar as exportações. É ainda de supor que as elevadas taxas de rentabilidade sirvam para suportar os investimentos nos principais serviços, sobretudo de transporte do carvão, como por exemplo a reabilitação e exploração da linha de Nacala, a construção do ramal de ligação de Moatize à linha de

²⁵ Informação prestada pela Ministra dos Recursos Minerais no debate havido na Universidade A Politécnica, em Maputo, a 28 de Abril de 2011, com o tema: “Contribuição dos recursos minerais no combate à pobreza.”

²⁶ Moçambique só se posiciona melhor quando comparado com os piores na matéria de colectas fiscais, como o Chade (carga fiscal totaliza 28%) e Uganda (20% no total), mas posiciona-se pior quando comparado com Angola (carga fiscal totaliza 60%) e Nigéria (90%).

Nacala e a importação de todo o equipamento (locomotivas e vagões) etc. Se as taxas de rentabilidade não são realizadas, directamente, na exploração do carvão em Tete, então isso significa que a exploração encontra economicidade (rentabilidade) no conjunto de actividades da Vale no exterior, para onde se exporta o carvão.

Sendo que estes investimentos são realizados pela Vale, não existem informações sobre o tipo de contrato que existirá entre esta empresa e as restantes para o uso das vias de escoamento do carvão. Ou será por isso que a Riversdale está apostando na via fluvial?

Detectaram-se relações perigosas entre as empresas e a governação e outras instituições da sociedade, como por exemplo, o pagamento de viagens e estadias para visitas de “troca de experiências” e a entrega de uma viatura para utilização de uma determinada organização.

5.4 Governação: falta de transparência, desorganização, incompetência e relações perigosas?

O crescimento rápido de sectores de actividade especializada, de larga escala e com tecnologias localmente não dominadas, criou ou aprofundou as debilidades da função pública na realização das suas funções de Estado. As capacidades técnicas provinciais e distritais são quase nulas. Detectou-se não haver planeamento físico do território e uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo conforme o planeamento dos investimentos directos estrangeiros na zona. Os recursos naturais não estão totalmente inventariados nem verificados os volumes de extracção que assegurem actividades económicas a longo prazo. A adaptação das infra-estruturas à evolução das necessidades é tardia e lenta. A inflexibilidade e a rigidez das burocracias tornam-se, muitas vezes, impeditivas e estranguladoras do desenvolvimento. Ou, quando as burocracias são ineficazes, sem capacidade técnica e orientadas por ideologias políticas e económicas liberais (ou simplesmente ausência de orientação política e ideológica) possibilita-se a falta de regulação, ausência de regras, não existência de controlo democrático e formas não transparentes de governação. Estas são constatações que se verificam em Tete.

Nesta última situação pode-se enquadrar o autoritarismo, caracterizado por relações assimétricas entre governados e governantes, não prestação de informação, ameaças e pressões políticas e psicológicas, já referidas anteriormente.

A ausência de capacidades locais, resulta em organizações centralizadas, concentradas, hierarquizadas e com relacionamentos e tipos de disciplina para-militarizados. Os processos de descentralização, para serem efectivos têm de ser integrados, com transmissão de competências e poderes de decisão reforçados, nos níveis inferiores das organizações e capacitação técnica e material. Não foi detectada essa evolução ou alguma percepção nesse sentido. Fez-se a pergunta a um Director Provincial sobre se achava conveniente a actual divisão de competências entre os órgãos centrais e provinciais, tendo ele respondido que estava tudo bem e que nada tinha a propor. Tendo-lhe sido perguntado qual o número de técnicos da Direcção Provincial, certificou-se que não seria possível qualquer capacidade de intervenção sobre a actividade de tutela na província.

Os contratos/acordos entre o governo e as empresas mineiras não são do conhecimento das direcções provinciais.

É ainda duvidoso o conhecimento dos órgãos centrais do Governo em relação a decisões relacionadas com os grandes projectos ou investimentos estrangeiros de grande montante. Instituições públicas têm dificuldade de prestar informações que nada têm de confidencial e que se podem obter, alternativamente, em sites da *internet*. Quem conhece o volume do investimento, as condições contratuais quanto às condições fiscais, o valor das exportações (ou da produção) que constituem receitas do Estado, os mecanismos financeiros de operação dos grandes projectos, etc? Este tipo de comportamentos apenas pode ser justificado ou por fobias securitárias, por cláusulas contratuais pouco transparentes, a partir das quais é legítimo especular ou, simplesmente, por desorganização e incompetência. Ou tudo isto junto.

A aversão à prestação de informações estende-se a vários níveis. Informações tão simples como, por exemplo, o número de habitantes ou o número de voos, não são fornecidas nas direcções provinciais ou são

prometidas e depois nunca confirmadas. Igual comportamento têm as empresas públicas e algumas privadas.

A exploração mineira é paradigmática acerca das redes de alianças que se geram nos grandes projectos. Ao nível mais alto do poder procede-se à concessão de situações discricionárias e de excepcionalidade no cumprimento de determinados articulados, à criação de condições excepcionais sobre a fiscalidade e a aplicação de impostos de fronteira, à criação de excepções para o não cumprimento de determinados articulados da legislação económica (como, por exemplo, a Lei do Trabalho), as facilidades na concessão de milhares de hectares e à acção governativa, no sentido de assegurar os reassentamentos sem grandes resistências das pessoas, facilitação e negócios na aquisição de empresas e grupos económicos, entre outros aspectos. Não se conhecem quais os benefícios da exploração mineira para Moçambique. A ausência de transparência e o não acesso à informação tornam legítima a suspeição sobre a eventualidade de negócios promíscuos e não lícitos.

As instituições públicas executivas, centrais e locais, têm como principal função a facilitação das operações económicas e comerciais dos grandes projectos. Isto é, a principal função do executivo é apoiar o capital externo e dar-lhe cobertura em situações de conflitualidade. O caso dos reassentamentos e do apaziguamento de conflitos laborais e o apoio aos investidores nas negociações com as populações, no que respeita aos DUATs, contraria claramente a afirmação, ouvida em Tete, de que o governo é o representante das populações nas reuniões de coordenação dos reassentamentos. Esta realidade pode dar azo a especulações sobre a captura do estado por interesses económicos.

As organizações da sociedade civil locais dedicam-se, sobretudo, a acompanhar os processos de reassentamento com alguma informação junto das comunidades. São sobretudo débeis, com conhecimento limitado da legislação, poucos recursos humanos e materiais. As actuações destas organizações são dificultadas, no exercício das suas funções, através, por exemplo, da recusa de prestação de informações ou do acesso a sessões de coordenação promovidas pelas instituições públicas, entre outros aspectos. Detectou-se alguma animosidade relativamente aos membros das organizações da sociedade civil, mesmo se o discurso oficial refere abertura para discutir as dificuldades.

A pouca capacidade destas organizações pode induzir a um contra discurso, tecnicamente pouco fundamentado, retirando consistência às intervenções e poder de intervenção e influência. A actuação junto das populações pode contar com sentimentos ambivalentes por parte das populações e responsáveis das comunidades, que se sentem *ensandwichados* entre a governação e as acções reivindicativas e de alerta, que podem parecer uma oposição ao governo. Neste suposto confronto, as organizações da sociedade civil são claramente o elo mais fraco, o que conduz a posicionamentos cautelosos e de reserva por parte da população e seus responsáveis comunitários.

6. CONCLUSÕES

Em função das questões objecto do trabalho, as principais conclusões são as seguintes:

Questão 1: Os mega projectos introduzem novos dinamismos económicos nas regiões onde se localizam.

Confirma-se a dinamização da economia local provocada pelo incremento de novas demandas, sobretudo nos sectores de serviços e na construção civil (habitação e infra-estruturas). Não se verificam aumentos significativos da oferta dos sectores produtivos de bens (agricultura e indústria transformadora).

Questão 2: Os mecanismos introduzidos pelos grandes projectos geram desenvolvimento do tecido empresarial local, melhoram as infra-estruturas, aumentam o acesso aos serviços básicos, promovem o desenvolvimento urbano equilibrado.

O dinamismo das novas actividades ou da ampliação das existentes, é principalmente verificado em agentes económicos não locais (Tete e Moatize). Não está acontecendo a emergência de um tecido empresarial local segundo o conceito de *cluster*²⁷. O ritmo de construção de infra-estruturas é inferior ao aumento da pressão sobre o imobiliário, as estradas e pontes e sobre os serviços básicos (escolas, hospitais e centros de saúde, etc.). As cidades de Tete e Moatize crescem desordenadamente, sem um plano director e a oferta de serviços permanece semelhante à de há alguns anos, o que dificulta o acesso e a qualidade dos mesmos.

Questão 3: Os mega projectos incentivam o desenvolvimento local reduzindo a pobreza e elevando a qualidade de vida da maioria das populações directamente afectadas.

Não existem sinais evidentes, nas cidades e no meio rural circunvizinho às zonas mineiras, da redução da pobreza. Pelo contrário, a imigração para Tete e Moatize em busca de emprego e oportunidades de pequenos

²⁷Em economia industrial, *cluster* é um aglomerado de empresas que emergem e funcionam numa base de interdependência.

negócios tem avolumado a população desempregada. No meio rural, os reassentamentos têm provocado redução de oportunidades de obtenção de rendimentos das famílias, obstaculizam a produção agrícola, dificultam a mobilidade das pessoas e bens e reduzem o acesso aos mercados. Pelas observações locais, existem sinais de preocupação quanto à pobreza e à redução da qualidade de vida e de oportunidades das populações, sobretudo das mais directamente afectadas pela exploração mineira.

Questão 4: As empresas multinacionais operam com respeito pelo ambiente e possuem responsabilidade social perante eventuais externalidades negativas, sociais e ambientais.

Foram dados a conhecer alguns cuidados ambientais (por exemplo na captação e reciclagem da água pós processo produtivo) e com a saúde, alimentação e formação dos trabalhadores, o que deve ser contextualizado nas lógicas empresariais de redução de custos, fidelização de uma mão-de-obra instável e não profissionalizada. A responsabilidade social não é verificada junto das populações reassentadas.

Questão 5: As instituições do Estado a nível local reforçam-se e adquirem novas capacidades para a realização das funções de regulação, fiscalização, planeamento físico e desenvolvimento equilibrado do território.

Verifica-se o enfraquecimento relativo das instituições públicas por não ajustamento na capacitação técnica e de poder de decisão face às novas exigências e comparativamente com as capacidades das empresas mineiras. Configuram-se capacidades negociais assimétricas, com desvantagem para o Estado, e o estabelecimento de relações com eventuais perigos de captura do Estado e de funcionários. Os processos de descentralização não revelam eficácia e não são acompanhados de medidas que concretizem o princípio da subsidiariedade²⁸. As instituições

²⁸ Os princípios da subsidiariedade constituem, essencialmente, no seguinte:

- Que a tomada de decisão, a resolução dos problemas e os mecanismos de coordenação sejam tão próximos quanto possível dos actores e beneficiários directos.
- Que os níveis superiores apenas devem intervir quando daí resultar maior eficácia de uma acção desenvolvida a nível territorial inferior, excepto quando se tratar de funções da responsabilidade dos níveis superiores.

locais não conhecem os termos dos acordos entre o Governo de Moçambique e as empresas multinacionais.

Em resumo, pode-se afirmar que existem evidências que indicam que a exploração mineira em Tete não está promovendo um desenvolvimento economicamente endógeno e internamente sustentado por padrões de acumulação de base ampla, que se localize e beneficie o território. O crescimento das actividades económicas é socialmente discriminatório, não inclusivo e com sinais de aprofundamento da pobreza (pelo menos nas populações mais directamente envolvidas nos reassentamentos) e das desigualdades sociais. Há sinais, até ao momento, de efeitos ambientais negativos sobre o solo, as pastagens e as florestas nos locais de reassentamento e sobre o ambiente urbano (ar, solo, ruído, etc.).

A não transparência dos contratos entre o Governo moçambicano e as multinacionais, as ligações com eventuais relações perigosas legitimam métodos dedutivos de análise que indicam a possibilidade de existência de corrupção a diferentes níveis e captura do Estado.

Retomando o poema-canção de Victor Manuel, é preciso evitar que o avô picador (mineiro) de Tete queime a sua vida arrancando o carvão e que a vegetação fique desfolhada em Tete. E, se o avô fumar, que tenha mais que uma beata ...

7. RECOMENDAÇÕES

Os autores do trabalho recomendam (a sequência das recomendações não revela qualquer critério de importância e/ou prioridade):

Que as decisões/acções/procedimentos dos reassentamentos das populações sejam revistos de forma a assegurar que as mudanças não signifiquem piores condições de habitação e produção, menos acesso aos serviços públicos básicos e aos mercados, inferiores oportunidades de obtenção de rendimentos e menor mobilidade de pessoas e bens. A transferência de pessoas apenas se deve concretizar após as condições descritas estarem asseguradas. A negociação com as populações abrangidas deve supor maior equilíbrio negocial, mais garantias e documentação dos acordos assinados pelas partes interessadas. Neste âmbito, a governação deve exigir maiores responsabilidades às empresas mineiras.

Que existam políticas específicas (crédito, fiscalidade, protecção/abertura de barreiras alfandegárias, subsídios, investimentos públicos, etc.), que incentivem a emergência de um tecido empresarial, de pequena e média dimensão, produtor de bens e serviços, para a constituição, a longo prazo, de um *cluster* em redor da exploração mineira, que localize os padrões de acumulação no território e que constitua uma base socialmente ampla de acumulação.

Existe a necessidade urgente de dimensionar as infra-estruturas produtivas e de serviços face ao aumento das actividades económicas e demandas de serviços pelas empresas e cidadãos, no quadro de um planeamento urbanístico e do território que garanta o crescimento equilibrado dos aglomerados populacionais e do desenvolvimento espacial.

É urgente que se proceda à monitorização, permanente e comprovadamente independente, sobre os efeitos ambientais, a saúde pública e, em particular, dos trabalhadores das minas.

Reforço da capacidade das organizações da sociedade civil de Tete e Moatize no que respeita à negociação, apoio jurídico e monitorização dos

procedimentos e das acções relacionados com os reassentamentos, bem como relativamente aos efeitos ambientais da exploração mineira.

Sugere-se que os mandatos das instituições do Estado, a nível provincial, sejam revistos no quadro de uma descentralização efectiva e que essas instituições sejam urgentemente reforçadas em pessoal qualificado e meios técnicos que permitam a monitorização de diversos aspectos relacionados com a exploração mineira, bem como dos seus efeitos sobre a economia, as infra-estruturas, o ambiente, a saúde pública e a segurança dos cidadãos. Alerta-se para os perigos de algumas formas de relacionamento que podem desembocar em corrupção e promiscuidade entre o público e o privado.

Recomenda-se o fim do secretismo sobre os contratos, os procedimentos administrativos e financeiros, os processos tecnológicos e o acesso à informação, como forma de promover a boa governação, a transparência e a colaboração de todos os agentes da governação, das actividades económicas e da sociedade civil, para que a exploração dos recursos naturais beneficie a todos, incluindo o país, os territórios e os cidadãos, com prioridade para os habitantes das zonas mineiras.

Os autores sugerem que futuros trabalhos sobre os efeitos dos mega projectos sobre os territórios e o desenvolvimento local, sejam aprofundados com pesquisa no terreno, recolha de informação primária quantitativa e qualitativa, metodologias de análise mais complexas, de forma a existirem conclusões que demonstrem, com elevado grau de certeza e precisão, as hipóteses de trabalho.

O contrário das conclusões deste trabalho é de difícil demonstração, o que confere elevado grau de fiabilidade aos resultados apresentados.

8. REFERÊNCIAS

Castel-Branco, C. N e Cavadias, E. (2009), O papel dos mega projectos na estabilidade da carteira fiscal em Moçambique, apresentação feita ao II Seminário Nacional sobre Execução da Política Fiscal e Aduaneira promovido pela Autoridade Tributária. Maputo

Ramos, A. (2009), Projecto Carvão Moatize, apresentação feita na Conferência do CASM, Maputo

Selemane, T. (2011), Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique. Maputo, 2ª Edição, CIP

Selemane, T. (2011), Questões à volta da Mineração em Moçambique – Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. Maputo, 2ª Edição, CIP

Riversdale (2011), Informação Riversdale, documento distribuído a jornalistas na visita às minas de Benga, em Março de 2011

Vunjane, J. (2011), Impactos sociais da exploração de minerais em Moçambique: o caso da Vale, apresentação no seminário da Plataforma da Sociedade Civil sobre Petróleo, Gás e Minerais, a 24 de Fevereiro de 2011, em Maputo

Jornais, revistas e websites

Magazine Independente, 31 de Agosto de 2011. **Reassentamentos provocam polémica e descontentamento em Tete.** Xadrique Gomes.

O País online, <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/10319-vale-vai-investir-1-biliao-de-dolares-no-corredor-do-norte.html>, acessado a 1 de Agosto de 2011

Revista Exame, edição de Abril de 2011, acessível em <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/rio-tinto-anuncia-aquisicao-de-aco-es-da-riversdale>, acessado a 20 de Agosto de 2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_S.A. acessado a 10 de Setembro de 2011

www.vale.com, acessado em 20 de Março, 25 de Abril, 14 de Maio e 12 de Setembro de 2011

Quadro 7: Pessoas entrevistadas (informantes-chave)

Nome da pessoa entrevistada	Local e data da entrevista	Cargo ou função à data da entrevista
Graciete de Almeida	Motel Tete, 26/07/11	Gerente do Motel Tete
Filipe Duarte	Direcção Provincial da Coordenação da Acção Ambiental, 26/07/11	Director Provincial da Coordenação da Acção Ambiental
Ismael Anis	Complexo Paraíso Misterioso, 26/07/11	Gerente do Complexo Paraíso Misterioso
Albertina Tivane	Sede do Governo Provincial de Tete, 26/07/11	Secretária Permanente Provincial
Manuel Sithole	Hotel Zambeze, 26/07/11	Director Provincial de Recursos Minerais e Energia
José Francisco	Direcção Provincial da Agricultura, 27/07/11	Substituto do Director Provincial da Agricultura
Paz Caetano Catruza	Direcção Provincial de Transportes e Comunicações, 27/07/11	Director Provincial de Transportes e Comunicações
Medson David	Sede do Conselho Municipal de Tete, 27/07/11	Vereador do Pelouro de Administração Urbana e Construção
Tiago Palagi	Paço episcopal de Tete, 27/07/11	Ex-Administrador Apostólico da Diocese de Tete
Sérgio Vieira	Hotel Zambeze, 27/07/11	Ex-Director do Gabinete do Plano do Zambeze
Pedro Muendane	Minas da Vale em Moatize, 28/07/11	Director de Relações Institucionais da Vale

9. ANEXOS

9.1 Roteiros de entrevistas

Secção A: Empresa (Vale e Riversdale)

1. Qual é o regime fiscal da empresa (que impostos paga e em que percentagem)?
2. Qual é a área total de terra da vossa concessão? Dessa área qual é marginal no vosso projecto?
3. Qual é a mão-de-obra da empresa (nacional e estrangeira) e em que escalões?

Escalão	Número de trabalhadores	Nacionalidade

4. O que acha da produtividade dos trabalhadores? Que razões existem para isso?
5. Se há bastante absentismo, quais as razões que pensa justificarem esse facto?
6. Há conflitos laborais na empresa? De que tipo e como se têm resolvido?
7. Quantas famílias a empresa teve que reassentar? Para que distâncias?
8. Que dificuldades de terra foram encontradas? Que critérios existiram na distribuição de terras nos reassentamentos (superfície por família)?

9. Qual foi o custo total desse reassentamento?
10. O que o projecto tem realizado para reduzir os custos dos reassentamentos e para aumentar o rendimento das famílias?
11. Acha que os mecanismos de consulta, relacionamento e compensações é justo? É transparente? Existem documentos escritos cujas cópias podemos ter?
12. Que tipo de bens e serviços vendem as empresas nacionais?
13. Porque razão se importam bens e serviços quando, aparentemente, essa oferta pode ser realizada por empresas ou produtores nacionais?
14. A empresa tem algum mecanismo (grupo/ponto de contacto) de diálogo com a comunidade? Como funciona?
15. Que sugestões tem para evitar conflitos de interesses com a população?
16. Que aspectos a empresa considera merecer opinião/aval da comunidade?
17. Quais são os vossos principais constrangimentos?
18. O que gostariam que o Governo fizesse e que não faz?
19. Que tipo de assuntos são tratados com o governo distrital, provincial e nacional? E contra capacidade técnica e de decisão a nível provincial para os assuntos tratados nesses níveis?
20. Tem encontrado dificuldades de crédito nacional? Solicita crédito nacional para que fins?
21. Os pagamentos externos são realizados a partir do sistema bancário ou de mecanismos de transferência externos? Quais os custos internos que pensa serem elevados?
22. Acha que o salário mínimo praticado incentiva ou não o trabalho? O salário mínimo incentiva o trabalho ou o absentismo?
23. Que tipo de conhecimento pensa deveria ser facultado ou desenvolvido para que a empresa melhor desenvolva a sua actividade?

4. O que acha da produtividade dos trabalhadores? Que razões existem para isso?
5. Se há bastante absentismo, quais as razões que pensa justificarem esse facto?
6. Há conflitos laborais na empresa? De que tipo e como se têm resolvido?

Número de habitantes	Moatize (Nr de habiatantes)	Tete (Nr de habiatantes)
2007		
2009		
2011		

4. Como tem sido a evolução dos preços dos bens e serviços de 2007 para cá?

Produtos Ano	Milho (ou farinha de milho)	Pão	Cimento	Batata-reno	Cabrito
2007					
2008					
2009					
2010					
2011					

5. Quantos vôos semanais Maputo-Tete havia em 2007? E quantos há agora?

Voos Ano	Maputo-Tete- Maputo (directo)	Joanesburgo- Tete		
2007				
2008				
2009				
2010				
2011				

6. Como tem evoluído a rede de transportes? E o número de assinantes de telefone e internet?
7. Como tem sido o vosso relacionamento com os gestores das empresas?
8. Que tipo de questões cuja decisão é de nível central, mas que gostariam que fosse de nível provincial/distrital?
9. Acha que o governo provincial possui capacidade técnica para discutir assuntos deste tipo com as empresas?
10. Acha que as instituições provinciais do Estado têm poder de decisão sobre um conjunto de aspectos ou deveriam ser reforçados no quadro da descentralização?
11. Como está a ocupação de terra na província?

Secção C: Sector privado (hotelaria e restauração, comércio geral, transportes e comunicações, imobiliária e agro-indústria ou agro-negócios)

1. Que novos negócios surgiram com a presença das empresas mineiras?

Negócios que sempre existiram (até 2007)	Novos negócios (a partir de 2007 para cá)

2. Que tipo de bens/serviços vocês vendem às mineradoras?
3. Que preços são praticados na venda e arrendamento de casas?

Tipo de casa Preço no Ano	Casa/Flat Tipo 2	Flat/casa Tipo 3	Hotel (quarto standard)	Guest-House/ Pensão
2007				
2008				
2009				
2010				
2011				

4. Acha que há produtos que são importados embora sejam localmente produzidos? Quais as razões das mineradoras não comprarem localmente?
5. Quais são em Tete e Moatize os negócios mais lucrativos e atractivos?
6. Quais são os negócios menos atractivos?
7. Quantas empresas de aluguer de viaturas (*rent-a-car*) existem na cidade e quando é que surgiram? (Avaliar a evolução no período 2007-2011)

Número de empresas de <i>rent-a-car</i> em Tete	
2007	
2008	
2009	
2010	
2011	

8. Quais são os custos médios de aluguer de viaturas?
9. Acha que a governação tem incentivado a emergência dum empresariado local capaz de satisfazer as demandas das mineradoras? Que tipo de políticas os empresários mais desejam?

Secção D: Autoridades locais (secretários de bairro, líderes tradicionais)

1. O que acham da presença das empresas mineiras aqui?
2. Como tem sido a vossa relação com a empresa? (Vale/Riversdale)?
3. Acha que as negociações com as empresas são transparentes?
4. Quais foram os principais problemas com os reassentamentos?
5. Há aspectos culturais e tradicionais que não foram respeitados durante o reassentamento? Quais, por exemplo?
6. Que tipo de acções a governação deveria desenvolver em defesa dos interesses da população? Tem desenvolvido essas acções?
7. Como está a questão de terra aqui? (estimativa do número de conflitos de terra ao longo do tempo: 2007-2010)
8. Como eram as vossas machambas (extensão e fertilidade) antes do reassentamento e como são agora (extensão e fertilidade)?
9. A que distância (em Km) vocês ficavam do mercado, do posto de saúde, das escolas e das fontes de água? E agora?
 - a) Da machamba?
 - b) Da zona de pastagem?
 - c) Do mercado?
 - d) Do posto de saúde?
 - e) Da escola?
 - f) Da fontenária?
10. Que tipo de pessoas/profissões conseguem emprego nas empresas?
11. As possibilidades de pequeno negócio aumentaram com a chegada das mineradoras?
12. Há muitas faltas ao trabalho?
13. O salário que um trabalhador recebe compensa deixar outras actividades na família ou emigrar?
14. Se o salário é baixo e não compensa as actividades que deixam de ser realizadas devido ao trabalho, porque é que as pessoas se assalariam?

9.2 Cartas enviadas para pedido de informação e ou entrevistas e nunca respondidas


CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Boa Governação - Transparência - Integridade

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS
ATT: Excelentíssima Senhora Ministra
dos Recursos Minerais
Av. Fernão Magalhães, nr. 34
MAPUTO

Maputo, aos 09 de Agosto de 2011

N.Ref.C.334 / MM/2011

Assunto: *Pedido de informação no âmbito da pesquisa sobre o "Impacto dos mega projectos de carvão mineral em Tete"*

Excelência,

O Centro de Integridade Pública (CIP), através dos seus pesquisadores João Mosca e Tomás Selemene, está a realizar uma pesquisa sobre o *Impacto dos mega projectos de carvão mineral em Tete*.

O estudo pretende compreender e estudar os efeitos socioeconómicos no território (considerando as cidades de Tete e Moatize), como por exemplo, na habitação, transportes e comunicações, terra e água, hotelaria e turismo, emprego, densidade populacional e fluxos migratórios, pressão sobre as infra-estruturas, etc. no período de 2007 a 2011, como consequência da presença dos mega projectos da Vale e da Riversdale.

Assim, gostaríamos de solicitar de V. Excia informação referente ao sector de recursos minerais, mais concretamente, os seguintes:

Rua Frente de Libertação de Moçambique n° 354
Caixa Postal / PO Box: 3266
Maputo - Moçambique
www.cip.org.mz

Tel.: (+258) 21 49 23 35
Fax: (+258) 21 49 23 40
Cell: (+258) 82 30 16 391
Cell: (+258) 84 38 90 584
E-mail: cip@cip.org.mz

1. Regime fiscal das empresas Vale e Riversdale: impostos que paga(ram) e as respectivas percentagens, relativas aos lucros e em proporção dos volumes produzidos e/ou exportados;
2. Número total de licenças (prospecção, pesquisa e exploração), senhas mineiras, e certificados mineiros na província de Tete e respectivas áreas (hectares);
3. Área total (em hectares) das concessões da Vale e da Riversdale;
4. Principais minérios que ocorrem na província de Tete, para além do carvão;
5. Acordos realizados com a governação central /ou local acerca das condições de reassentamento das populações deslocadas;
6. Tipo, periodicidades e formulários das acções de fiscalização e monitorização;
7. Acções de capacitação dos recursos humanos qualificados (cursos, números de pessoas a qualificar e locais de formação);
8. Capacitação das instituições do Estado a nível central e provincial para a fiscalização e monitorização das actividades mineiras industriais (pessoal técnico, laboratórios, recolha sistemática de amostras de poluição, ruído e de outros elementos do ambiente);

Se Vossa Excelência pensar oportuno, elementos da equipe de pesquisa poderão especificar a informação solicitada com maior detalhe junto de técnicos do Ministério que dirige.

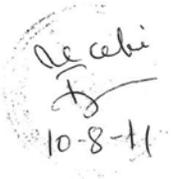
Aguardamos expectantes e esperançados no acesso às informações solicitadas no quadro das expectativas criadas aquando do debate havido na Universidade Politécnica em Maputo, no dia 28 de Abril de 2011.

Queira receber a nossa mais elevada consideração e estima.

Marcelo Moxse



Director Executivo





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Boa Governação - Transparência - Integridade

PARA: RIVERSDALE

Att. Jennifer Garvey

Rua Comandante Moura Braz n. 27

Maputo

Maputo, 11 de Julho de 2011

N.Ref.C.305/TS/2011

Assunto: Agradecimento pelo envio de dados referentes ao projecto de Benga

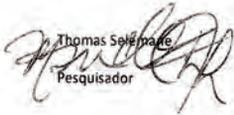
Exma Sra. Jennifer Garvey,

O Centro de Integridade Pública vem por este meio agradecer a V. Excia pelo envio dos dados referentes ao projecto de Benga em resposta ao nosso pedido de 20 de Junho de 2011.

Adicionalmente, gostaríamos de saber da vossa disponibilidade em nos receber em Tete, no intervalo de 26 a 29 de Julho de 2011, período em que estaremos a realizar a pesquisa de campo no âmbito da mesma pesquisa.

Sem mais de momento aproveito a oportunidade para reiterar os nossos melhores cumprimentos

Atenciosamente


Thomas Sequeira
Pesquisador



Solange
12/07/2011
RIVERSDALE
MOÇAMBIQUE
LIMITADA

Rua Frente de Libertação de Moçambique nº 354
Caixa Postal / PO Box: 3266
Maputo - Moçambique
www.cip.org.mz

Tel.: (+258) 21 49 21 35
Fax: (+258) 21 49 21 40
Cell: (+258) 82 30 16 191
Cell: (+258) 84 38 90 184
E-mail: cip@cip.org.mz



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Boa Governação - Transparência - Integridade

PARA
LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, LAM
Direcção de Marketing
Att. Dr. Adam Yussuf
Maputo

Maputo, 18 de Julho de 2011

N.Ref.C.312/TS/2011

Assunto: Pedido de informação referente ao número de voos Maputo-Tete-Maputo no período 2007-2011

Exmo. Senhor Director de Marketing das LAM,

O Centro de Integridade Pública, CIP, está a realizar um estudo sobre o impacto doméstico dos mega projectos de carvão mineral em Tete, com o objectivo de aferir o que tem estado a acontecer com os demais sectores socioeconómicos daquela cidade e de Moatize também, como consequência da presença dos mega projectos. Uma das variáveis de análise é a evolução do número de voos da vossa companhia, LAM, no período de 2007 a 2011.

Neste contexto, o CIP vem por este meio solicitar de V. Excia a informação supra referida.

Adicionalmente, agradecemos que fosse concedida uma entrevista ao pesquisador que está a realizar o estudo, o senhor Tomás Selemane, no intervalo de 19 a 22 de Julho ou na primeira semana de Agosto, para demais esclarecimentos.

Cientes de que este pedido merecerá uma apreciação positiva de V. Excia, subscrevemo-nos com alta estima e consideração.

Tomás Selemane
Pesquisador



Rua Frente de Libertação de Moçambique n° 354
Caixa Postal / PO Box: 3266
Maputo - Moçambique
www.cip.org.mz

Tel.: (+258) 21 49 23 35
Fax: (+258) 21 49 23 40
Cell: (+258) 82 30 16 391
Cell: (+258) 84 38 90 584
E-mail: cip@ip.org.mz

10. OUTRAS PUBLICAÇÕES DO CIP -

RASTREIO DA DESPESA PÚBLICA 2010 - Monitoria do Orçamento do Estado, Rastreio da Despesa Pública e Auditoria Social – CIP, Maio 2011

Implementação da ITIE, gestão de recursos naturais e urgência da renegociação e publicação dos contratos com mega projectos: o caso de Moçambique (2011), Tomás Selemane e Dionísio Nombora (também disponível em inglês)

Questões à volta da mineração em Moçambique – *Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga* (2010), Tomás Selemane

Mudanças Climáticas e as Florestas em Moçambique (2010), Roberto Zolho

20 Passos para a sustentabilidade Florestal em Moçambique (2010), Carlos Serra e Benilde Mourana

Desempenho de Distritos e Autarquias Locais aquém do Planificado (2010), AMODE, CIP, GMD, LDH

Impacto da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) na Receita do Estado em Moçambique (2010), Mariam Bibi Umarji, Sadya Yunus Makda, Edson Rogério Machel e Aly Elias Lalá

Gestão do Solo Urbano e Corrupção em Moçambique (2009), Marcelo Mosse e Sandra Matusse

Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique (2009), Tomás Selemane

Aspectos Críticos da Governação Local em Moçambique (2009), AMODE, CIP, GMD e LDH

Governação e Integridade em Moçambique (2008), Abdul Ilal, Adriano Nuvunga, André Cristiano José, Ericino de Salema, Gilles Sistac, Marcelo Mosse e Paolo de Renzio

Legislação Anti-Corrupção em Moçambique: Contributos para uma melhoria do quadro legal anti-corrupção em Moçambique (2008), Baltazar Fael, José Munguambe, Lucinda Cruz e Marcelo Mosse

Como é que a Boa Governação é apresentada na proposta de Orçamento do Estado de 2009? (2008), Mariam Bibi Umarji, João Rui Guilherme, Sadya Yunus Makda e Aly Elias Lala

Avaliação da Corrupção no Sector Florestal em Moçambique (2008), Marcelo Mosse

Procurement Público e Transparência em Moçambique: O caso de scanners de inspecção não intrusiva (2007), Marcelo Mosse e José Munguambe

Relatório do Estudo sobre Transparência, Áreas de Risco e Oportunidades de Corrupção em Seis Autarquias Moçambicanas (2007), Adriano Nuvunga, Marcelo Mosse e César Varela

Corrupção e Integridade nas Alfândegas de Moçambique: Uma avaliação das boas práticas (2006), Marcelo Mosse e Edson Cortez

Documentos de discussão

Corrupção no Sector da Saúde em Moçambique (2006), Marcelo Mosse e Edson Cortez

A Corrupção no Sector da Justiça em Moçambique (2006), Marcelo Mosse

A Pequena Corrupção no Sector da Educação em Moçambique (2006), Marcelo Mosse e Edson Cortez

Breve análise á estratégia Anti-Corrupção do Governo (2006), Marcelo Mosse

O Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo sobre a conta Geral do Estado de 2008: algumas omissões preocupantes (Junho de 2010)

ITIE pode desencorajar a evasão fiscal, mas o Governo continua atrasado na sua implementação (Fevereiro de 2010)

O que nos diz a proposta de Orçamento de Estado 2009 sobre a Governação em Moçambique, CIP, (2009)

Procurement Público e Transparência em Moçambique, CIP, (Setembro a Dezembro de 2007)

Será que o apoio directo do Orçamento do Estado melhorou a prestação interna de contas em Moçambique? CIP, (Junho de 2007)

Guião de prevenção da Corrupção em Moçambique, CIP, Transparência Internacional (2009)

O Pacto de Integridade: um instrumento poderoso para negociações de contratos limpos (2009), CIP, Transparência Internacional

SOBRE O CIP

O Centro de Integridade Pública (CIP) é uma organização da sociedade civil moçambicana estabelecida em 2005, sem fins lucrativos, com o objectivo de contribuir para a promoção da transparência, boa governação e integridade em Moçambique. O CIP actua na área da governação através da pesquisa, advocacia e monitoria, promovendo igualmente actividades de consciencialização pública. Actualmente, o CIP trabalha em torno de três pilares estratégicos, nomeadamente, Recursos Naturais e Indústria Extractiva; Anti-corrupção, Orçamento do Estado e Auditoria Social. E um pilar transversal, o Jornalismo Investigativo.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Boa Governação-Transparência-Integridade
Rua Frente de Libertação de Moçambique
(Ex-Pereira do Lago), 354

Caixa Postal: 3266 - Maputo - MOÇAMBIQUE

E-mail: cip@cip.org.mz

Tel: + 258 21 492335

Fax: +258 21 492340

www.cipie.cip.org.mz

www.cip.org.mz